

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS

MICHELLE DE ARAUJO

SERMO VULGARIS: uma análise das proibições na língua, do latim à língua portuguesa.

Florianópolis,

2016

MICHELLE DE ARAUJO

SERMO VULGARIS: uma análise das proibições na língua, do latim à língua portuguesa.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, sob a orientação do professor doutor José Ernesto de Vargas.

Florianópolis,

2016

Dedico este trabalho aos meus três filhos: Isabelli, Carlos e Pedro. E ao meu amado esposo, Marcelo dos Santos, minha alma gêmea, e que é para mim a certeza de que na vida, tudo vale a pena.

AGRADECIMENTOS

Sim, e lá se foram sete anos de curso! É certo que devo muitos agradecimentos, afinal, sozinha nunca conseguiria. Foi sem dúvida uma longa jornada, com idas e vindas da vida; encontros e desencontros, choros, partidas, lágrimas, emoções, nascimentos, e renascimentos. Mas, em meio ao turbilhão de incertezas, surgia a cada dia, a certeza principal: nasci para ensinar.

Em primeiro lugar, agradeço incansavelmente a Deus, força esta, que sinto assim como o ar que respiro. Senti (e sinto) sua presença a cada dificuldade lançada, a cada desafio vencido; ouvia, como uma brisa, sua voz dizendo “Filha, força! Você consegue!”.

Meus pais, que mesmo não podendo estar presentes todos os dias, deixaram comigo os ensinamentos, os valores e a bondade. Sei o quanto eles abdicaram de suas vidas para dar o melhor que podiam, e fazer com que eu chegasse até aqui.

— Obrigada, pai! Obrigada, mãe!

Também agradeço, aos meus irmãos, Marcelo de Araujo e Vanessa de Araujo, que ao longo de nossas vidas, ensinaram-me o real significado de amizade e amor.

Ao meu amado esposo, Marcelo dos Santos, que entendeu, incentivou e deu, por muitas vezes, o “gás” que me faltava para continuar. Cuidou da casa e das crianças, enquanto eu necessitava me isolar em um cômodo para ler e escrever.

— Obrigada, meu amor!

Aos meus filhos, Isabelli, Carlos e Pedro, que entendiam quando a mamãe dizia que não podia brincar naquele momento. Em especial, à mais velha, Isabelli, que em alguns momentos falou o quanto se orgulhava de mim.

— Amo você, filha!

Um agradecimento em especial a uma grande amiga/irmã, Elizângela da Luz Ferreira, mulher negra, empoderada, que sempre lutou para vencer e ter o seu lugar de destaque. Se fecho os olhos, lembro da sua seguinte frase “um dia, conhecerão nossos nomes”.

- Obrigada, amiga! Amo você!

Agradeço também, aos colegas de graduação, aos queridos funcionários da Universidade, que sempre nos alegram com um “Bom dia”; aos mestres e doutores que tenho tanto orgulho de ter sido aluna. À amiga Isabela Sandoval Borges Melim, que sempre me incentivou a ir além, a poder sonhar com o Mestrado, às conversas gostosas e descontraídas. Às amigas Érika Costa Agnellino, Camila Ambrosini e Juliana Regina, que estiveram, de alguma forma, presentes em minha vida, dando apoio e ajudando no que fosse preciso.

José Ernesto de Vargas, meu querido orientador, fez com que eu amasse ainda mais o mundo latino. Orientou meus passos, foi paciente e amigo, ampliando o meu repertório de saberes. Incentivou-me para que a minha subjetividade falasse, de forma sutil, mas com muita personalidade na escrita de meu trabalho. Serás inesquecível!

A todos que citei acima, e aos muitos que não mencionei, mas que de alguma forma fizeram parte da minha linda trajetória:

— Muito obrigada!

“Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.”

Marcos Bagno

RESUMO

Este TCC objetiva apresentar uma análise das proibições na língua portuguesa, trazendo à tona alguns conceitos de norma padrão e norma vulgar. Será feita uma breve investigação sobre como ocorre a imposição de uma língua padrão e homogênea dentro do território brasileiro, que possui uma língua composta de muitas variedades linguísticas. Para tal, será analisado no latim o Appendix Probi e suas proibições, comparando-as, numa abordagem pancrônica, a fim de compreender a relação de poder e dominação que uma língua apresenta em dada sociedade. A pesquisa terá como base a concepção de língua de Saussure, que no início do século XX definiria e delimitaria um novo objeto de estudo para a Linguística. Já no campo da variação linguística, tal estudo será fundamentado na Sociolinguística Variacionista de Labov que compreende uma visão sobre variação e mudança na língua. Destacará os conceitos de interação verbal e dialogismos discursivos de Mikail Bakhtin, vistos como instituidores de relações sociais em que a linguagem se produz. Por fim, propõe desmitificar o conceito de “erro” e “proibição” na fala e na escrita, ancorado nas concepções de práticas de liberdade de Paulo Freire.

Palavras-chave: Proibição. Appendix Probi. Certo e errado. Norma padrão e língua vulgar. Variação Linguística.

ABSTRACT

The purpose of this TCC is to present the prohibitions on portuguese, lightening some formal rules and common standard concepts. It will make a brief review aboout how the imposition of a common and homogeneous language happens inside the brazilian territory, the same local has a language made of a variety of linguistics. To do so, it will examine on latin the appendix probi and its prohibitions, comparing them into a panchronic approach in order to understand the relation between the power and domination that the language presents to a society. The research is based on the Saussure's language conception, wich in the beggining of the twenty century would define and delimit a new study object. Otherwise on the linguistic variation area, such thing will be based on the Labou's sociolinguistic variational that comprehends the insight of the changes and variantions on the language. It will light the verbal interaction concepts and discursive dialogism of Mikail Bakhtin, seen as social relation's concepts that the language is made of. To enclose, it will demystify the “error” concept and “prohibition” on the speaking and writing, based on the practice's conceptions of freedon by Paulo Freire.

Keywords: Prohibition. Appendix Probi. Write and wrong. Standard rule and language.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 QUESTÕES TEÓRICAS.....	13
3 A ROMANIZAÇÃO E A EXPANSÃO DO LATIM.....	17
3.1 Latim Clássico.....	20
3.2 Latim Vulgar.....	25
4 AS PROIBIÇÕES DO LATIM: O APPENDIX PROBI.....	30
5 A ORIGEM DO PORTUGUÊS.....	34
6 É ERRADO FALAR ASSIM?	40
7 AS PROIBIÇÕES DO PORTUGUÊS.....	46
7.1 O Português popular brasileiro.....	51
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
9 REFERÊNCIAS.....	63

1. INTRODUÇÃO

"Não reparem que eu misture os tratamentos de 'tu' e 'você'. Não acredito em brasileiro sem erro de concordância."

Nelson Rodrigues

Desde que as antigas civilizações fizeram suas primeiras descobertas em relação à escrita por volta de 4000 a.C. é possível perceber que nem todos os indivíduos se apropriavam de tal prática. Sabe-se que os primeiros grupos a desenvolver os primeiros **alfabetos**¹ (grego e romano), foram homens que a utilizavam para suprir suas necessidades. Em geral, esses indivíduos eram comerciantes e administradores.

Mais tarde, os romanos, sendo influenciados pelos Etruscos, desenvolveram com mais clareza o sistema alfabético, utilizado pelas diversas nações do mundo ocidental. E foi graças ao vasto crescimento e formação de um império, que os romanos puderam levar a língua latina a várias nações, formando e influenciando as chamadas **línguas latinas**². Sobre a origem do ramo itálico, Basso e Gonçalves (2010, p. 12) postulam que essas derivaram de uma família linguística, que por sua vez, eram aparentadas entre si, e “cujo percurso do latim até o seu estado moderno foi documentado através dos mais diversos tipos de texto (políticos, literários, jurídicos etc.)”

Entretanto, ao analisar essas línguas latinas, percebe-se que, assim como em toda e qualquer sociedade, os grupos humanos são segregados por classes, como em uma pirâmide, nesta, prevalecem no topo, os indivíduos com uma situação econômica mais elevada. Já nas camadas mais baixas desta, encontram-se os homens de menos prestígio social.

É sabido que a língua é uma ferramenta de incrível **poder** para uma nação. Foi com ela que as expansões de grandes impérios obtiveram considerável sucesso. E é com essa noção de

¹ A representação fonética das palavras é atribuída aos **fenícios**, sendo o modelo primordial utilizado atualmente. Por convenção, os alfabetos são abstratos e podem ser usados e adaptados a qualquer tipo de língua. Fonte extraída em: <http://www.todamateria.com.br/origem-do-alfabeto>. Acesso em 14 de abril de 2016.

² Ramo itálico: português, francês, italiano, romeno, espanhol etc.

poder, que ela também é categorizada; ou seja, os grupos humanos de maior prestígio detêm uma forma de escrever e falar diferentemente dos grupos de menos prestígio.

No latim, desde a sua origem, pode-se identificar uma diferença entre os grupos falantes e praticantes. Assim, temos os chamados **latim clássico** e **latim vulgar**. É notório também, que além das distinções entre um grupo e outro, há uma necessidade por parte dos praticantes do latim clássico de elitizá-lo e estilizá-lo.

Sobre estas variações, Coutinho³ (1968, p. 29-30) afirma:

Diz-se latim clássico a língua escrita, cuja imagem está perfeitamente configurada nas obras dos escritores latinos. Caracteriza-se pelo apuro do vocabulário, pela correção gramatical, pela elegância do estilo, numa palavra, por aquilo que Cícero chamava, com propriedade, a *urbanitas*. Era uma língua artificial, rígida, imota. Por isso mesmo que não refletia a vida trepidante e mudável do povo, pôde permanecer, por tanto tempo, mais ou menos estável. Chama-se latim vulgar o latim falado pelas classes inferiores da sociedade romana inicialmente e depois de todo o Império Romano. Nestas classes estava compreendida a imensa multidão das pessoas incultas que eram de todo indiferentes às criações do espírito, que não tinham preocupações artísticas ou literárias, que encaravam a vida pelo lado prático, objetivamente.

O latim vulgar, termo pelo qual foi designado, ainda que inapropriadamente, era o *sermo cotidianus, usualis, uulgaris, plebeius, proletarius, rusticus, inconditus*, ou seja, da classe média, das pessoas simples, da fala cotidiana. Falar ou escrever desta forma, por vezes, era visto como algo proibido, sendo que o “belo” e o “correto” era fazer uso do latim clássico.

Para os filósofos e escritores, que faziam de tudo para elevar o latim clássico, era quase que uma heresia, cometer “desvios” e “erros” na língua. Não muito diferente dos dias atuais. Silva Neto (1957, p. 46) afirma que:

Uma língua coletiva, falada, provida de meios de expressão que nem sempre eram julgados dignos de ascender às páginas da literatura. Essa língua falada era multimoldada e complexa, não obedecia às normas rigorosas por que se pautava ou se devia pautar a língua escrita.

O Brasil é um país de vasta extensão territorial, tendo uma enorme gama de variações linguísticas dentro do mesmo território. Entretanto, há linguistas e especialistas que ainda tentam restringi-la em uma única norma padrão.

Com isso aparecem os conhecidos conceitos de “erros” gramaticais, ou as famosas frases do “pode” ou “não pode” na Língua Portuguesa. Há, ainda, os mais ousados, que

³ COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

escrevem livros como guias, do que eles chamam de “guia do Português correto”, que para eles, teria a função de ensinar os sujeitos a falar e escrever o português padrão.

Uma prova de que nos tempos arcaicos esses “desvios” eram dogmas é a existência do **Appendix Probi**. Embora esse documento não tenha uma autoria precisa, tal como a sua origem, não há dúvidas de que ele é um bom comparativo aos dias atuais.

O *Appendix Probi* é um documento preciosíssimo para o estudo das mudanças fonéticas do latim vulgar até as línguas românicas. Os erros ortográficos apontados pelo autor, que chamaremos de *Probius* (ou Probus) nos ajudam a compreender o que se passou nos séculos finais da fala latina e princípio da romana.

Com tantas proibições em nossa língua portuguesa, principalmente no âmbito educacional, surge a necessidade de investigar as variações da língua, que deu origem à nossa: o latim. Com isso, é possível seguir ao próximo nível de análise de tal pesquisa, que é verificar algumas variações linguísticas dentro de um único território, no caso, o brasileiro. Com tais apontamentos, é pertinente analisar as relações de poder e dominação por meio da língua.

Esta análise tem como objetivo responder a muitas perguntas, as quais surgiram em momentos de docência. Dessa forma, pode-se refletir e repensar a língua a fim de respeitar cada variação linguística, seja ela social, regional ou estilística. Afinal, que relação tem o latim vulgar com o português coloquial de hoje? Por que havia tantas proibições no latim, assim como tem, atualmente no PB? A língua escrita e a falada são iguais? E o indivíduo falante, pode/deve sofrer pelo modo como ele fala?

Sim, chega-se o tempo, em que deve-se (re)pensar a língua, quem sabe assim, os que vivem às margens da sociedade possam ter uma chance de não serem estigmatizados pela fala e pela escrita.

2. QUESTÕES TEÓRICAS

Para a discussão que aqui se propõe, cabe analisar como ponto de partida o conceito de **língua**. Muitas vezes esse conceito confunde-se com um outro: a **linguagem**. Embora ambos estejam intrinsecamente relacionados, pontuemos a diferença entre eles a partir de alguns teóricos. Dentre outros parâmetros, Saussure estabeleceu uma diferenciação e a relação entre os conceitos:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2006, p.17)

Em outras palavras, seria a linguagem uma faculdade, enquanto a língua aquilo que permite o pleno exercício de tal. Para Saussure⁴, a língua é a organizadora dos pensamentos e da linguagem. O pensamento, por si, necessita de algo maior para organizá-lo, neste caso, a língua. Para o linguista, o “pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta” (SAUSSURE, 2006, p. 130). Através da língua, o cidadão legitima-se como um ser atuante na sociedade em que vive. Uma língua qualquer é constituída por três importantes sistemas: o fonético, o de palavras (vocabulário) e o sistema gramatical.

Em *Categorias do pensamento e categorias da língua*, publicado em uma revista de filosofia em 1958, Benveniste conceitua pensamento e língua sendo que

[a língua] dá a sua *forma* ao conteúdo do pensamento (grifo do autor) (...) esse conteúdo deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros (...)
A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade, mas primeiro a condição de realização do pensamento. (...) Fora isso, não há senão obscura volição, pensamento que se descarrega em gestos, mímica. (BENVENISTE, 2005, p.69).

Segundo Saussure (2006, p.30), este sistema é o conjunto de material linguístico que assegura a compreensão da *parole*. Para ele, a *parole* (fala) e a *langue* (língua) estariam extremamente relacionadas. Assim, a língua estaria, sem dúvidas, é ligada à fala em uma relação de subordinação, pois historicamente, o ato da fala vem sempre antes da língua.

Assim, ele afirma que a fala é “[...] um ato individual de vontade e de inteligência no interior do qual convém distinguir as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código

⁴ SAUSSURE, Ferdinand. **Curso geral de linguística**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

da língua para exprimir seu pensamento pessoal e o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar estas combinações” (SAUSSURE, apud BAKHTIN, 2009 [1929], p. 87).

Outra postulação que Saussure fundamenta, no início do século XX sobre os conceitos de língua é a diferença entre **sincronia** e de **diacronia**. Para ele, a sincronia seria um recorte da língua em um dado momento histórico (presente ou passado), como uma fotografia, em que a evolução e o tempo são irrelevantes. Já na diacronia, a língua é analisada num todo, dando suma importância à evolução que esta sofreu ao longo do tempo, sendo assim, considerada mutável e dinâmica. Vale destacar que, embora Saussure admita que a língua é um fenômeno social e uma convenção estabelecida pelos membros de dado grupo, os valores externos ao sistema são para ele, irrelevantes. Com isso, os estruturalistas⁵, assim como os gerativistas⁶ marcam suas teorias considerando a língua como uma realidade abstrata, em que os fatores históricos e sociais são desprezíveis. Com esta premissa, uma reflexão pode ser suscitada: há a possibilidade de compreendermos uma língua sem levarmos em conta toda a sua evolução e história ao longo do tempo? Uma possível resposta surge em Serafim da Silva Neto (1956, p.63)

O estudo de uma determinada fase da língua, tal como se faz na gramática expositiva, por exemplo, pode comparar-se a uma fotografia. Mas, a par dessa observação sincrônica, podemos encarar globalmente o conjunto das fases de uma língua, traçando-lhe a história, desde a origem até a fase atual. Trata-se, neste caso, de estabelecer uma série de cadeias, ou de sincronias, tarefa que lembra o desenrolar de um filme. Esse estudo diacrônico é indispensável ao conhecimento da língua. Ele ensina-nos de tudo: tocado pela sua varinha mágica, cada vocábulo nos conta a própria história, cada forma repassa por todas as metamorfoses e, aos poucos, surge na sua constância e regularidade as normas que presidiram à evolução do latim. [...]

Contrário a estas correntes, surge em 1960 nos EUA a sociolinguística laboviana⁷ que enfatizava a concepção social da língua. Esta teoria tem como base os postulados do linguista francês Meillet⁸, que teve como base alguns postulados de Bakhtin⁹, ambos destacavam em

⁵ A Teoria Estruturalista representa um desdobramento da Teoria da Burocracia e uma leve aproximação à Teoria das Relações Humanas. Representa também uma visão extremamente crítica da organização formal. O movimento estruturalista teve um caráter mais filosófico na tentativa de obter a interdisciplinaridade das ciências. Parte do conceito de estrutura, como uma composição de elementos visualizados em relação à totalidade da qual fazem parte.

⁶ Corrente filosófica que ganha destaque a partir da década de 1960 com Noam Chomsky, nos EUA. Esta corrente é concebida como um sistema de princípios universais, em que o indivíduo, ao nascer, já teria consigo um conhecimento mental de linguagem, conhecida como “gramática universal”.

⁷ Também conhecida por “Teoria da variação e mudança” ou de “Sociolinguística Quantitativa” por trabalhar com estatísticas.

⁸ Foi discípulo de Saussure, mas, inspirado em Durkheim definia a língua como fato social, dando suma importância ao caráter evolutivo da língua, diferentemente de Saussure, no qual a sincronia prevalecia a diacronia.

⁹ Bakhtin é autor de diversas obras sobre questões teóricas gerais, o estilo e a teoria de gêneros do discurso. Ele é o líder intelectual de estudos científicos e filosóficos desenvolvidos por um grupo de estudiosos russos, que ficou conhecido como o “Círculo de Bakhtin”.

seus textos o caráter social e evolutivo da língua. Segundo Meillet “Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (MEILLET, 1921 *apud* CALVET, 2002, p. 16). Dessa forma, para Meillet as variações em dada língua estão profundamente relacionadas aos fatores sociais.

Na visão de Bakhtin, as palavras não são imutáveis e neutras, sendo consideradas signos flexíveis e variáveis. É no cotidiano dos falantes que tal forma ganha sentido e valor. Partindo desta ideia, Bakhtin afirma que “conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto apresente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra” (BAKHTIN, 2009 [1929], p. 147). A comunicação verbal, assim como todos os demais meios de se comunicar, implica conflitos, hierarquia, dominação e dominado, utilização da língua para legitimar poder etc. Eis a questão da palavra para Bakhtin: seria ela, o cerne ideológico. A palavra é um signo ideológico, pelo seu **binômio** social que demanda em **conflitos** e **interesses**, assim afirma,

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2009 [1929], p. 117).

Com esses postulados, é possível refletir sobre o processo de evolução das línguas em geral, e em específico, o latim e a língua portuguesa. Ora, se a língua deriva das relações sociais em que os indivíduos estão atrelados, cabe, portanto, dizer que a língua será variável de acordo com a estrutura social dos falantes.

Há de se pensar que a sociedade, como tal, é semelhante a uma pirâmide em que todos os grupos estão dispostos uns acima dos outros, tendo, portanto, no topo, indivíduos com mais prestígio social, tal como situação econômica elevada e homens mais intelectualizados. Essa classe superior teve (e tem) uma tendência a evitar toda e qualquer característica das outras camadas (abaixo) da sociedade. São as chamadas tendências de **imitação** e **seleção**, conceituadas por Neto (1946, p. 30),

Cada língua apresenta certo número de camadas, que se caracterizam por tendências *positivas* (imitação ao estrato superior) e *negativas* (evitar o estrato inferior). A classe superior caracteriza-se, sobretudo, pelas tendências negativas. Ela evita tudo que é característico das outras camadas da sociedade. Por outro lado, não tendo o que imitar,

compraz-se em reproduzir arcaísmos e criar novas formas. Por isso é por excelência a guardiã das tradições, possui, em alto grau, tendências conservadoras.

Ao se falar em estrutura social e língua, é inevitável não associar essa ideia a um fenômeno que, atualmente está sendo muito discutido: **a questão do preconceito linguístico**. Trata-se de um processo em que falantes (ou grupos inteiros) são julgados pela forma linguística em que suas palavras são empregadas. Ao falar sobre tal fenômeno, Bagno¹⁰ diz que este é um problema social grave, entretanto de pouca importância às esferas políticas envolvidas

O preconceito linguístico é tanto mais poderoso porque, em grande medida, ele é ‘invisível’, no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele, com exceção dos raros cientistas sociais que se dedicam a estudá-lo. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá a sua gravidade como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo. (BAGNO, 1999, p. 23-24).

Diante disso, surgem os clássicos termos “erros” e “proibições”, em que os grupos de mais prestígio utilizam como uma forma de afastamento da camada inferior. Todo e qualquer falante que não se apropria da norma padrão está condenado a conviver às margens da sociedade, como um infrator. A classe mais intelectualizada, por necessidade de segregação, utiliza a língua como objeto de **poder**. A partir dessa premissa, Foucault (1988, p.3) afirma que “enquanto o sujeito humano está imerso nas relações de produção e significação, também se encontra imerso em relações de poder muito complexas”.

É com base nessa relação de poder que o dominante, revestido de força, utiliza a língua para excluir da sociedade o indivíduo que, com menos prestígio social, traz em sua fala (e escrita) um desvio da norma padrão, característico da região em que vive, da sua condição econômica, entre outros fatores. E é a partir dessas diferenças que a língua vai mudando a sua roupagem, configurando-se nas necessidades humanas cotidianas.

¹⁰ Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB), escritor, poeta, tradutor, com mais de trinta livros publicados.

3. A ROMANIZAÇÃO E A EXPANSÃO DO LATIM

O latim, língua dos romanos, é descendente do grupo itálico, derivado do então indo-europeu, era falado durante o primeiro milênio antes de Cristo, mais precisamente, na região central da Itália, chamada de **Lácio**. Juntamente com o **Império Romano**, expandiu-se por grande parte da Europa, até transformar-se, pelas mudanças naturais das línguas, em vários dialetos que deram origem às **línguas românicas**. O latim, de fato, como qualquer língua, iniciava um processo de transformação,

No ano de 272 antes de Cristo o latim já deixara de ser o falar do pequenino Lácio para tornar-se a língua de toda a Península. É que ela, como atividade social, seguiu as vicissitudes da história romana, acompanhando o fúlgido destino dos homens que a falavam. (NETO, 1977, p. 17)

Dessa forma, a expansão do império romano foi um fator crucial para a disseminação do latim e, posteriormente, das línguas românicas. O latim era levado a todas essas regiões através, principalmente, dos soldados e da igreja. O processo de dominação romana tratava-se de uma campanha militar e, posteriormente, de um domínio político. Instituições como fóruns e tribunais eram levados aos locais conquistados, criando, assim, uma segunda Roma no novo território. É possível ter uma noção de tamanha dominação observando o mapa 1.



Mapa 1- A expansão do Império Romano/ Fonte: <http://www.jurassico.com.br/aulas-de-historia/roma-antiga>.

De fato, com a chegada dos romanos a esses territórios dominados, chegaria não apenas uma língua, e sim, toda uma cultura, nascia uma nova era, como afirma Serafim da Silva Neto “por isso é que surgem os poetas e teatrólogos. Por isso é que nasce a cultura. Por isso é que germinam e florescem as coisas da inteligência” (1997, p. 17). Os romanos, sem dúvida, foram

chaves importantes para a disseminação de um modo de viver e de pensar. Era o início de uma nova era. Conforme Duarte (2003, p.18) diziam os romanos: "*Ubi cumque lingua romana, ibi Roma*", o que se traduz como: "onde quer que esteja a língua romana ali estará Roma."

Mas o latim falado em Roma, assim como as demais línguas, não era regular, ele dividia-se em distintas variedades¹¹ e diversas maneiras de falar. Havia o *sermo nautae* (linguagem dos marinheiros), o *sermo rusticus* (a linguagem dos camponeses), *sermo nobilis* (linguagem dos nobres) e muitas outras variedades que foram catalogadas.

Os primeiros registros do latim escrito datam de VII ou VI a.C.. Já os textos literários terão marco por volta do século III a. C.. Deste período, por exemplo, destaca-se o lendário texto literário (e mais antigo do que se tem notícia), escrito em latim: a tradução da *Odisseia*¹² de Homero, feita pelo escravo Lívio Andronico, com fins educacionais. Outros textos também são registrados nesta época, adaptados da tradição grega, como as comédias de Plauto e Terêncio.

O latim desse período é ainda considerado menos estilizado do que viria a ser posteriormente, nos próximos períodos, quando a língua literária atinge o seu ápice criativo e fecundo. Para que haja um entendimento sobre esses períodos, segue abaixo um breve esquema:

- **Pré-clássico**, do século VII a.C. ao século II a. C.. As inscrições mais antigas procedem do século VII a.C. Nos séculos III e II a. C.. a literatura faz sua aparição, sob influência grega (Plauto, Terêncio).
- **Clássico**, do século II a.C. ao século II d.C. A idade dourada da literatura latina.
- **Latim Vulgar**, incluindo o período patrístico, do século II ao V d.C., em que se inclui a Vulgata de São Jerônimo e as obras de Santo Agostinho.
- **Período Medieval**, do século VI ao século XIV. A literatura latina permanece e, surgem as línguas românicas.
- **Do século XV até os dias atuais**. Redescoberta do latim da idade dourada no Renascimento. O latim vulgar continua sendo usado pelos eruditos até o século XVII,

¹¹ O conceito de variedade não pode ser confundido com o variante. Segundo Coelho et al (2010), corresponde a um aspecto ou categoria da língua e se encontra em variação, exemplo é a variável *tu* e *você*. Já as variantes são formas individuais que concorrem em uma variável.

¹² É um poema épico do século IX a.C., descrito pelo poeta grego Homero, que narra as aventuras do herói Ulisses, na sua viagem de retorno para Ítaca, após a Guerra de Troia.

como Isaac Newton, e pela Igreja Católica Romana (obrigatório até meados do século XX).

Como já citado, junto à expansão do Império Romano e a toda a sua dominação e imposição, surge também a expansão do cristianismo, e com este, o latim eclesiástico, representado pelo uso de Santo Agostinho, São Jerônimo, Tertuliano e Santo Ambrósio. Esse latim, com influências eclesiásticas foi o que predominou no ensino do latim em nosso meio, ensinado nas escolas brasileiras até o início de anos 1960.

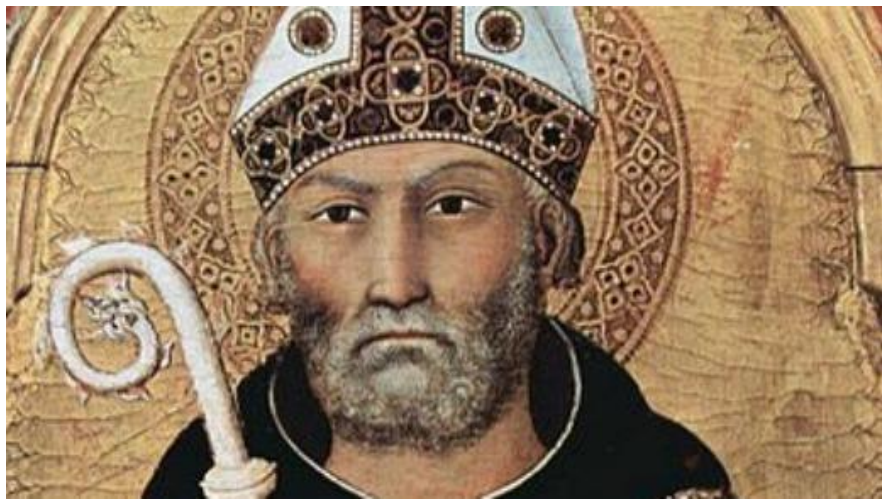


Figura 1- Santo Agostinho/ Fonte:
<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/santo-agostinho-307615.shtml>

O latim eclesiástico diferencia-se do latim clássico em algumas variações lexicais. Foi a língua utilizada pelo cânone romano e pelos escritores cristãos do passado, sendo para aquela época, antiguidade e idade média, de grande valor (poder), pois na medida em que o Império Romano avançava com suas conquistas, o latim era também, difundido por todos os territórios dominados. A Santa Sé usa o latim como sua língua oficial. Existem discussões sobre uma mudança de idioma, porém essa mudança é pouco provável.

3.1 LATIM CLÁSSICO

Ars est celare artem.

provérbio latino¹³

É o termo que designa o estilo literário e mais gramaticalizado do latim, usado por poetas e pessoas “cultas”, era falado e escrito por volta do primeiro século a. C., até o início do primeiro século da Era Cristã. São marcas predominantes dessa fase a prosa filosófica, política do orador Cícero¹⁴. Destacam-se também Virgílio¹⁵, com sua poesia lírica e a épica nacional; Catulo¹⁶, com sua lírica amorosa; entre outros.

De modo geral, o latim que é ensinado atualmente e, provém deste latim literário, o qual tem origem nos consagrados poetas, tanto por causa do estilo engenhosamente trabalhado quanto pelo fato de que a maior parte do *corpus* é substancialmente literário. Assim, o poeta, além de cantar suas epopeias, também elevava a língua latina a um patamar das artes clássicas. Aos poucos, as marcas do latim pré-clássico foram sendo deixadas, dando espaço ao clássico.



Figura 2- Estátua do poeta Virgílio, autor da epopeia Eneida/ Fonte: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-importancia-eneida-virgilio-para-educacao-romana.htm>. Acesso em 02 de maio de 2016.

¹³ A arte está em esconder a arte. Extraído de <http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4%2812%2954-76.html>. Acesso em 02 de maio de 2016.

¹⁴ Marco Tulio Cícero foi um dos mais importantes oradores da Roma antiga.

¹⁵ Públio Virgílio Marão foi um importante poeta romano. Escreveu o clássico *Eneida*.

¹⁶ Caius Valerius Catulus foi um dos primeiros poetas a incorporar elementos da paisagem a seu mundo verbal.

O poeta Virgílio nasceu em 70 a. C. e morreu em 19 a. C. A obra *Eneida* versa sobre a saga do mítico **Eneas**, que teria participado da **Guerra de Troia** em apoio aos troianos e contra os gregos. O nome *Eneida* significa “gestas de Eneas”, isto é, uma espécie de reunião dos feitos, das façanhas de Eneas. A obra é composta de 12 livros, nos quais transcorrem os eventos desde a derrota de Troia na guerra contra os gregos, passando pela fuga de Eneas até chegar à Itália. Virgílio, ao escrever esta epopeia, inspirou-se em Homero, tentando superá-lo: Virgílio empenhou-se em fazer da *Eneida* o poema mais perfeito de todos os tempos. De certa forma, a primeira metade (seis primeiros cantos) da Eneida tenta superar a *Odisseia*, enquanto a segunda tenta superar a *Ilíada*. A primeira metade é um poema de viagem e a segunda um poema bélico.

A obra, escrita em Latim, marca um período literário muito preocupado com uma estilização da língua:

Trecho de Eneida do livro I¹⁷

Arma virumque cano, Troiae qui primus ab oris
 Italiam, fato profugus, Lauiniaque uenit
 litora, multum ille et terris iactatus et alto
 ui superum saeuae memorem Iunonis ob iram;
 multa quoque et bello passus, dum conderet urbem,
 inferretque deos Latio, genus unde Latinum,
 Albanique patres, atque altae moenia Romae.¹⁸

No latim clássico, há evidentes marcas de estilo que seriam exclusivamente cultivadas em obras literárias, muito diferente do latim falado. Como exemplo do trecho acima percebe-se que a preposição *ob* carrega o sentido de “em vista, por causa, diante, em troca, por”. No trecho “*Vi superum saeuae memorem Iunonis ob iram*”, “pelas forças dos deuses, pela ira lembrada da cruel Juno”, temos esse uso.

Há também o caso do *a* e *ab* que indicam “o ponto de partida (espaço), ponto de partida (no tempo), a partir de”, como vemos no trecho “*Troiae qui primus ab oris Italiam,*” que diz “Troia, que pela primeira vez à partir da costa da Itália”.

¹⁷ Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/vergil/aen1.shtml>. Acesso em 02 de maio de 2016.

¹⁸ Neste trecho, Virgílio narra o naufrágio e cita a fúria de Juno.

Outro poeta pertencente à época de ouro foi Ovídio¹⁹, que se consagrou com sua obra *Metamorfoses*²⁰ considerada até hoje como uma enciclopédia completa de mitologia clássica. Na obra, Ovídio parte do caos primitivo e encaminha-se por diversas transformações, percorrendo a história de Roma, desde de César²¹ à apoteose de Augusto²².

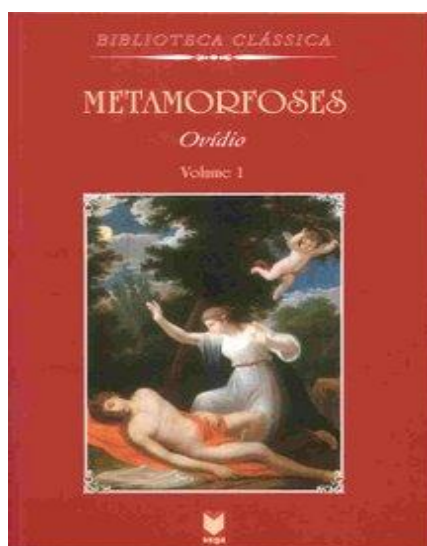


Figura 3- Capa do livro *Metamorfoses* de Ovídio. Fonte: <http://historiadageologia.blogspot.com.br/2006/10/as-metamorfoses-de-ovdio.html>. Acesso em 02 de maio de 2016.

Ainda neste círculo literário clássico, há o poeta e orador Cícero²³ que ficou muito conhecido por sua impecável oratória e por sua riqueza em detalhes, mais precisamente em suas cartas. Tais cartas foram e são uma fonte de estudos sobre a língua latina, nelas, é possível perceber o contexto da vida privada daquela época, bem como o estilo linguístico do grandioso orador.

¹⁹ Jovem poeta latino do século 43 a. C.

²⁰ O poema tem caráter etiológico, isto é, conta a origem das plantas, animais e minérios desde a origem mitológica até o tempo do poeta.

²¹ Líder militar e político romano. Desempenhou um papel crítico na transformação da República Romana no Império Romano.

²² Fundador do Império Romano e seu primeiro imperador.

²³ Filósofo, orador, escritor, advogado e político romano. Introduziu a arte de cartas refinadas.

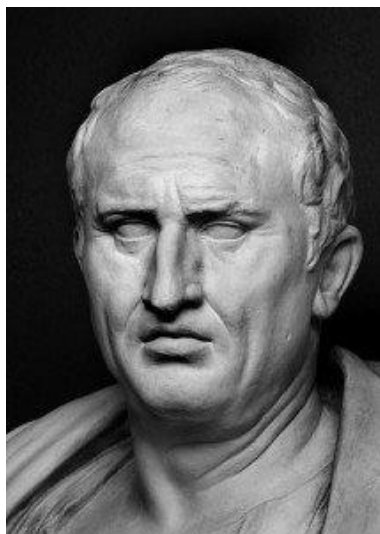


Figura 4- Marcus Cícero. Fonte:

<http://studentsforliberty.org/blog/2015/01/03/little-guide-to-marcus-tullius-cicero>. Acesso em 02 de maio de 2016.

As cartas são conhecidas pela engenhosidade de detalhes, por serem um modelo de refinamento, entretanto há, um outro lado, descoberto por especialistas. Nem todas as cartas eram, na verdade, tão refinadas. Afinal, ao escrever para alguém da família ou amigos, a escrita é menos formal, com uma linguagem mais próxima da fala. Essas cartas, escritas por Cícero aos seus pares, trazem uma importante fonte de informação: a linguagem vulgar.

Através delas, fica claro o uso da linguagem vulgar: *o sermo uulgaris*. Sobre as cartas de Cícero, Zélia de Almeida Cardoso (1989) diz que “elas eram dirigidas a familiares, feitas sem nenhuma preocupação literária, demonstrando a língua do povo.” Tais cartas deixaram traços de uma transição, ou por melhor dizer, de uma mudança na língua latina. São, de fato, marcas das necessidades humanas, das mudanças sociais, materializadas na fala cotidiana.

O latim clássico apresentava em seu sistema linguístico 5 declinações e 6 casos, e também, 4 conjugações verbais. Já no latim vulgar, há a presença de apenas 3 declinações, 3 casos e 3 conjugações verbais. Houve uma integração de conjugações, na qual a 2ª e a 3ª acabariam se fundindo. Tal aspecto foi herdado pelas línguas neolatinas.

Sobre a redução dos casos, Castelar de Carvalho (2005, p.2) afirma

Cada um dos seis casos do latim clássico desempenhava funções sintáticas específicas. Representados por morfemas gramaticais chamados desinências casuais, correspondiam os casos latinos às seguintes funções sintáticas em português: nominativo = sujeito e predicativo do sujeito; vocativo = vocativo; acusativo = objeto direto e adjunto adverbial (de causa, lugar, tempo); genitivo = adjunto adnominal e

complemento nominal; dativo = objeto indireto e complemento nominal; ablativo = adjuntos adverbiais e agente da passiva.

Assim, tais mudanças não se resumiriam apenas às reduções do latim clássico, mas também a um acréscimo de preposições no latim vulgar:

No latim, as funções sintáticas eram marcadas pelas desinências casuais, porém, com as modificações fonéticas e morfológicas ocorridas na língua, elas se tornaram imprecisas, fazendo com que fosse necessário o uso de preposições para melhor expressão do que se estava dizendo. O falante necessitava de novos recursos para dar mais clareza às informações que ele queria exprimir, visto que, com tais modificações, ele encontrava dificuldades em expressar determinadas circunstâncias: origem, instrumento etc., as quais antes eram expressas pelas flexões casuais. Dessa forma, surgiu no latim vulgar um número maior de preposições, configurando-se como elemento necessário para estabelecer determinados conteúdos semânticos, que foram esvaziados dos casos (OLIVEIRA, 2011, p. 3).

É certo que toda língua evolui, assim como o homem, ela vai se modificando, ajustando-se às necessidades humanas. Não seria diferente com o latim, falado por diversos tipos de pessoas, pelas mais diferentes esferas sociais. Até mesmo os mais eruditos, quando ausentes de suas escritas e presentes em seu cotidiano, se deixam deslizar por entre os falares populares. Vargas (2009 apud HILGERT, 2009, p. 13) diz que “Os senadores, talvez, falassem [o latim vulgar] em casa. Não consigo acreditar que as pessoas falem polidamente a vida inteira”.

Portanto, pensar a língua é, antes de tudo, pensar em seus falantes, que são seres ativos, evolutivos e vivos. E se a língua, tal como é definida por vários dicionários, é um instrumento de comunicação de um grupo, nada mais coerente do que ela ser como o seu falante: ativa, evolutiva e viva.

3.2 LATIM VULGAR

A linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal.

Celso Pedro Luft

Para iniciar uma reflexão acerca do latim vulgar, há a necessidade de verificar um dos vários conceitos desse vocábulo. De acordo com Dicionário Michaelis²⁴

vul.gar- **adj (lat vulgare)** **1** Pertencente ou relativo ao vulgo. **2** Comum, frequente, ordinário, trivial. **3** Baixo, íntimo, reles. **4** Que não se distingue dos seus congêneres; medíocre, ordinário. **5** Que não é expressivo; que não é significativo; que não revela condições de talento. **6** Que não se recomenda por caráter algum de nobreza ou de distinção. **7** Diz-se da era de Cristo. **8** Diz-se da língua falada pelo povo. **Antôn** (acepções 2 e 4): **extraordinário**. **sm** **1** Aquilo que é vulgar. **2** A língua vernácula. **3** O comum dos homens; o vulgo. **V. da gente** ou **v. dos homens**: o vulgo, o comum do homem.

Entretanto, um de seus possíveis significados remete à sua origem *uulgus*, que em latim quer dizer povo. Segundo José Ernesto de Vargas (2009 apud HILGERT, 2009, p.13) “Ele é falado pela plebe, informal, pertencendo à sociedade que não tinha acesso a um latim mais erudito, mais elitizado. É um latim de bermuda e chinelo”.

Dessa forma, fica entendido que tal palavra remete à ideia de comum, trivial, informal. Portanto, dizer que uma língua é vulgar, significa categorizá-la de acordo com os seus falantes, aqui no caso, seria a língua falada pelo povo. Entretanto, essa definição é ainda confusa, dada a quantidade de dialetos que uma única língua suporta. Sem contar a gama de estereótipos que emergem junto com o termo. Dizer que uma língua é vulgar, pode, por vezes, remeter a uma noção muito marginalizada e preconceituosa da língua.

Por muito tempo, houve um cenário caótico ao se conceituar o latim vulgar. Serafim da Silva Neto (1946) em sua obra *Fontes do Latim Vulgar*²⁵ diz que “não foi fácil problema estabelecer, rigorosamente, o conceito de latim vulgar. Durante muito tempo lavrou imensa

²⁴ Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em 11 de maio de 2016.

²⁵ Obra escrita no ano de 1946 por Serafim da Silva Neto, editado pela Faculdade Nacional de Filosofia, que traz um estudo minucioso sobre o latim vulgar, mais precisamente sobre o cerne do estudo: *o Appendix probi*.

confusão, em prejuízo dos métodos e do progresso da Romanística”. Cabe destacar que essa obra é umas das mais ricas fontes históricas do latim vulgar.

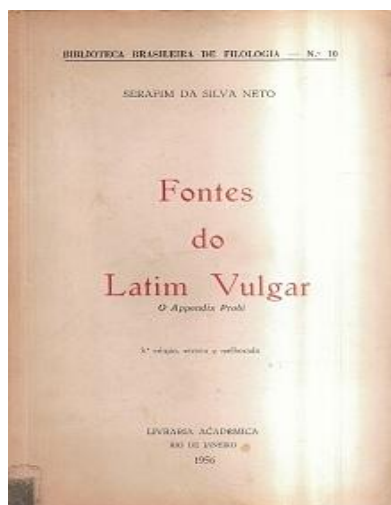


Figura 5- Capa do livro pela editora Imprensa Nacional. Fonte: <http://www.estantevirtual.com.br/b/serafim-da-silva-neto/fontes-do-latim-vulgar/716551584>. Acesso em 26 de maio de 2016.

Em 1911, o grande latinista sueco Einar Lofstedt (apud NETO, 1977, p.14) movimenta o mundo científico quando define “por latim vulgar devemos entender aquelas espécies de estilo que estão mais próximas da linguagem do povo ou da linguagem corrente do que o elevado modo de exprimir criado pela tradição e pela técnica literária”.

Já em 1865, Schuchardt (apud NETO, 1977, p. 15) denotava em sua obra *Der Vokalismus des Vulgarlateins* que “o problema é, de fato, muito difícil, porque a expressão *latim vulgar* não significa uma só linguagem, mas uma soma de camadas linguísticas e dialetos, desde o latim até o aparecimento das línguas românicas.”

Serafim da Silva Neto (1946, p. 22) não só conceitua o latim vulgar, como também, destaca sua importância

A única espécie de língua que realmente existe é a falada. A língua culta, literária, é artistificação dessa matéria prima. O seu aparecimento compara-se à justaposição de uma camada de gelo na superfície dos rios. Ela recebe deles a substância e, afinal de contas, nada mais é senão a própria água. Longe está, porém, de ser a caudal. À primeira vista julgar-se-á que já não existe a corrente e que a água estagnou. Pura ilusão! – sob o bloco de gelo a nascente continua a fluir, seguindo as ondulações do terreno... E, logo que o gelo se quebra, lá torna a água a marulhar e a espadanar. A camada de gelo é a língua escrita. O frio que a produz e quisera estacionar a corrente é o esforço dos artistas e dos gramáticos.

Neto, assumindo uma imprecisão matemática, admite quatro matizes da língua corrente “a familiar (latim das classes médias, dos *honestiores* – influenciado pela *urbanitas*); a vulgar (latim das baixas camadas da população, dos escravos); as gírias (militar, dos gladiadores, dos marinheiros, etc); o provincial (ou regional).” (NETO, 1977, p. 27)

É certo que esses modos de falar não estavam dissociados um dos outros, pelo contrário, eles se influíam, pois “[...] cada classe social procura imitar a linguagem da classe superior.” (NETO, 1946, p. 34)

Leumman (apud NETO, 1946, p. 36) define latim vulgar

a língua vulgar só pode ser um outro grau mais baixo, no sentido que nós temos que ver nela a linguagem das camadas inferiores, há muito tempo desabitoadas da disciplina da escola, dos modelos da literatura, ou inteiramente afastadas da influência literária.

E, também, Quintiliano (apud NETO, 1946, p. 37) é bastante feliz em seu conceito, e diz que é “*Sermone quotidiano -, quo cum amicis, coniugibus, liberis, seruis loquamur*”²⁶.

Sobre a distinção entre o latim clássico (ou literário) e o latim vulgar, NETO (1977, p. 52) diz

Das grandes formas pelas quais nos é conhecido o latim- a literária e a não literária- é preciso conceder precedência a esta última, por mais fragmentário e precário que nos seja o conhecimento dela. O latim literário é uma arte, não um produto coletivo. As línguas românicas entroncam-se, precisamente, no latim vivo, real, que também foi, aliás, a base e o material das obras de arte de um Cícero, um César, um Vergílio.

Acerca da língua, o autor parte do pressuposto de que

[...] são resultados de complexa evolução histórica e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente realizando aqui e além. O acúmulo e a integral realização delas depende quer das carências do próprio sistema linguístico, quer de condições sociológicas, pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão das mudanças. (NETO, 1977, p. 52)

Há ainda, relacionada ao latim vulgar, uma categorização de linguagem dos escritores latinos, em outras palavras, dos gêneros literários do *sermo uulgaris*. Para melhor definir este

²⁶ A língua cotidiana que falamos com amigos, cônjuges, filhos e com os servos.

conceito, Bonfante²⁷ (apud NETO, 1977, p. 56) os enumera em gradação descendente de vulgarismos:

[...] o epigrama, a sátira, a comédia, as cartas, a técnica (arquitetura em Vitruvius, a medicina em Celso, etc; a gramática e os comentadores, a Geografia em Pompônio Mela, a agronomia em Catão, Columela, etc; os juristas, etc) a elegia, a oratória, a filosofia, a retórica, a tragédia, a épica, a lírica eólica (Odes, de Horácio) e, finalmente, a história.

E sobre a poesia, Einar Lofstedt²⁸ (apud NETO, 1977, p.57) acentuava que

O estilo poético, no que concerne à escolha das palavras e à liberdade das construções se aproximava frequentemente, da expressão viva e espontânea da língua popular. Ao contrário da prosa, normalizada pela gramática, a poesia está intimamente presa à imaginação e ao sentimento: faz emprego abundante de expressões vivas, enfáticas, superlativas –traços que vêm a coincidir com a fala popular é o pouco respeito às regras da gramática normativa.

Tais mudanças do latim clássico ao latim vulgar se deram não somente no campo fonético, mas também, no léxico. Dessa dicotomia entre latim escrito (literário e culto) e latim falado, Henriette Walter (1994) faz um breve panorama sobre as variações:

As línguas derivadas do latim diferenciam-se claramente do latim clássico, entre outras coisas por possuírem muitas fórmulas expressivas e por nelas predominar a abundância de diminutivos, de formas compostas, de imagens, de formas analíticas (mais facilmente perceptíveis) e de formas constituídas por redundâncias. As línguas românicas dão disso um vivo testemunho. Os diminutivos, por exemplo, desenvolveram-se nelas de um modo espetacular: é *auricula* (orelhinha) e não *auris* (orelha) que encontramos no português –orelha, no francês –*oreille* e no italiano –*orecchio*; foi *genuculus* e não *genus* (joelho) que originou no português –joelho, no francês –*genou* (de início *genouil*) e no italiano –*ginocchio*; é de *soliculum* e não de *sol* (sol) que provém o termo francês –*soleil*; é de *agnellus* e não de *agnus* (cordeiro) que provém o termo francês *agneau*.

Contudo, haveria ainda uma mudança mais radical: a queda dos casos. Como sabido, o latim clássico possuía 6 casos, que tinham como objetivo marcar as principais funções sintáticas em uma frase, sem que houvesse a necessidade de recorrer à ordem das palavras e sem lançar mão das preposições.

Acerca desse processo, Walter (1994) diz “que o latim falado viria a conhecer um abalo profundo na sua estrutura, fruto do progressivo desaparecimento do sistema casual”. Esse abalo mencionado seria o início da expansão do latim vulgar, que, na verdade, sempre existiu, mas de forma menos aceita.

²⁷ Linguista italiano.

²⁸ Latinista sueco.

Rodolfo Ilari (2000) define os seis casos do latim clássico da seguinte forma:

- o nominativo, que identificava o sujeito das orações com verbo em forma finita;
- o genitivo, caso do nome dependente de outro nome;
- o dativo, que identificava o objeto indireto, ou mais exatamente o indivíduo beneficiado (prejudicado) pela ação descrita no predicado;
- o acusativo, caso do objeto direto, do lugar tomado como ponto final de um movimento e do tempo encarado como duração;
- o vocativo;
- o ablativo, caso da maioria dos adjuntos adverbiais (meio, causa, instrumento etc.), do lugar em que se desenrola uma ação, e do lugar de onde parte um movimento.

E para tal mudança, afirma:

Como resultado dessas três fusões, o latim vulgar utilizou um sistema de casos em que se opunham ao nominativo, o acusativo e um terceiro caso composto por aquilo que restava dos antigos genitivo e dativo. A existência de um sistema de três casos é confirmada pelo exame das fontes epigráficas e dos sistemas pronominais das línguas românicas: nestes, o que sobrevive dos pronomes latinos são precisamente as formas do nominativo, do acusativo e do genitivo-dativo, o que faz pensar que a oposição entre essas três formas sobreviveu em latim vulgar. (ILARI, 2000, 18-19)

Um outro fator que marcou a mudança na língua latina foi a queda do **gênero neutro**. Uma curiosidade sobre tal evento é que, no latim clássico, as árvores eram todas de nomes femininos, enquanto as frutas, seriam de nomes neutros. Com a queda do neutro, as frutas passaram a ser nomeadas pelo gênero feminino. Como *pira* por *pirum*, e *mala* por *malum*.

4. AS PROIBIÇÕES DO LATIM: O APPENDIX PROBI

Quem fala uma língua sabe muito mais do que aprendeu.

Noam Chomsky

Decerto que as proibições e preconceitos em uma língua devem ter uma possível origem quando é adquirida. Tal fenômeno (o preconceito linguístico) não foi diferente com a língua latina. Dentre os vários textos analisados do latim vulgar o mais importante, é, sem dúvida, o *Appendix Probi*, “documento datado por volta do século III d. C. e que é constituído por uma lista com 227 expressões” (WALTER, 1994, p.112) tidas como incorretas pelo autor (que é desconhecido), seguidas por suas respectivas palavras “corretas” (grifo meu).

Sobre a importância de tal fonte, Serafim da Silva Neto (1946) postula que

O mais importante de todos é, porém, o *Appendix Probi*. Esse texto, de autor anônimo, consiste numa lista de palavras e grafias da língua corrente, seguidas pelas formas literárias. Isto é, não se deve dizer *asa*, pois é errado, mas *ansa*, que é certo, donde concluímos que no grupo –ns se havia reduzido a –s no *sermo usualis*. [...] Pena é que o elenco, oriundo da abadia de Bobió, hoje códice vienense n.17, seja muito pequeno, pois ao todo, são 227 correções.

E em relação à autoria, comenta que

Chama-se *Appendix Probi* (Apêndice de Probo) porque foi achado como anexo a uma obra do gramático Probo –o que não significa fosse esse o seu autor. Ao invés, o benemérito censor do *Appendix* é desconhecido. Por isso alguns autores o chamaram, a princípio, *Appendix ad Probum*. (NETO, 1946, p.88-89)

Embora a autoria do documento não seja precisa, pois a palavra *probo* também significa proibição, suas informações são de riquíssima fonte para os estudos filológicos da língua. Através dele fica evidente a necessidade que se tinha (e se tem ainda hoje!) de estilizar (e elitizar) a língua. Além disso, pode-se também analisar quem eram os praticantes desta língua; de um lado estava o povo, com uma fala e escrita mais despreocupada, à vontade; do outro, estavam os artistas, escritores, políticos e a igreja, que detinham um poder de dominação sobre o povo.

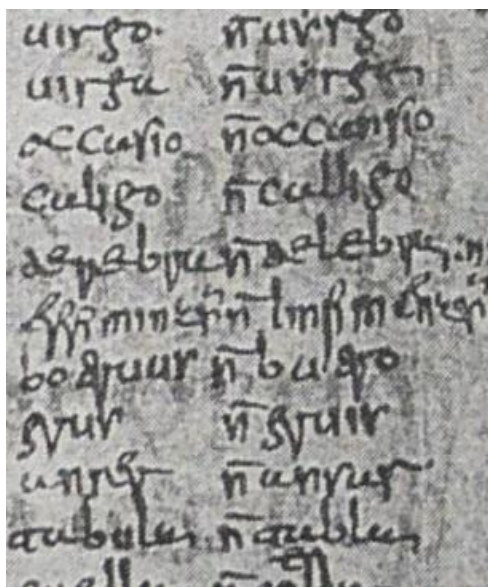


Figura 6- Fragmento do Appendix Probi. Fonte: <https://www.staff.ncl.ac.uk/i.e.mackenzie/appendixprobi.jpg>. Acesso em 26 de maio de 2016.

Diante de uma primeira análise, o leitor do App²⁹ observa a imposição e a proibição acerca da língua. O autor anônimo, ao impor a melhor forma, ou seja, a padrão (grifo meu) marginaliza, segrega e estereotipa o latim falado pelo povo, em uma possível tentativa de elevar um latim arcaico, literário; é categórico e audacioso em criar uma lista com possíveis desvios oriundos do latim vulgar. Atualmente, o App lembra-nos muito os guias da Língua Portuguesa, criados por vários gramáticos que, também, postulam como se deve escrever e falar “corretamente” (grifo meu).

Abaixo, seguem apenas 30 dos 227 exemplos³⁰ trazidos pelo App:

- *porphireticum marmor non purpureticum marmur*
- *tolonium non toloneum*
- *speculum non speclum*
- *masculus non masclus*
- *uetulus non ueclus*

²⁹ A abreviatura App será utilizada no corpo do texto para referir-se ao Appendix Probi.

³⁰ Disponível em: http://www.orbilat.com/Languages/Latin_Vulgar/Vocabulary/Appendix_Probi.html. Acesso em 13 de maio de 2016.

- *uitulus non uiclus*
- *uernaculus non uernaclus*
- *articulus non articlus*
- *baculus non vaclus*
- *angulus non anglus*
- *iugulus non iuglus*
- *calcostegis non calcosteis*
- *septizonium non septidonium*
- *uacua non uaqua*
- *uacui non uaqui*
- *cultellum non cuntellum*
- *Marsias non Marsuas*
- *cannelam nun canianus*
- *Hercules non Herculens*
- *columna non colomna*
- *pecten non pectinis*
- *aquaeductus non aquiductus*
- *cithara non citera*
- *crista non crysta*
- *formica non furnica*
- *musium non mus[e]um*
- *exequ[i]ae non execiae*
- *gyrus non girus*
- *auus non aus*
- *miles non milex*

No exemplo *formica non furnica* existe uma mudança da vogal, como acontece em muitos casos da língua portuguesa, como em “dormir”, que normalmente é dito “durmir”. Outro caso é *speculum non speclum* que tem a queda da vogal breve, que resultou no português “espelho”. No português, essa queda da vogal átona no meio da palavras é muito comum em proparoxítonas, como na palavra fósforo que é pronunciada fosfro.

Tais mudanças eram consideradas barbarismos para os gramáticos, entretanto, eram na verdade, mudanças significativas e produtivas na passagem do latim para o português.

Porém, Serafim da Silva Neto (1946) suscita três importantes problemas do App:

- O autor
- A época
- A localização

Sabe-se que o autor desse incrível trabalho ainda é um enigma. Já para época e a localização, foram, de certa forma, mais fáceis de serem criadas estimativas. Neto (1946) afirma que, tendo em vista o caráter pagão do documento, em virtude da ausência de certos fenômenos, o App teria sido datado como sendo do séc. III, da era cristã.

Já em relação à localização, seria um pouco mais difícil, mas possível de se levantar hipóteses. Gastão Paris³¹ (apud NETO, 1946, p. 117) julgava-o proveniente da África, redigido em Cartago. Há, ainda, uma passagem a que o autor anônimo se refere, também, a três nomes de lugares “e todos (curiosa coincidência!) pertencentes à mesma província, à mesma região [...] *Byzacium*, onde se encontra *Capsa*, é uma região da África proconsularis, limitada a este por *Syrtes*.”

Assim, “de toda a discussão parece lícito concluir que o precioso elenco foi elaborado, em Roma, no *uicus caput Africae*, por um gramático de origem africana (Cartago)” (NETO, 1946, p. 121). Com a intenção de corrigir os “erros” lexicais do latim, a fim de que permanecesse apenas a língua padrão.

Tal documento é, sem dúvida, de incrível valor aos estudos da língua latina, tanto no campo lexical, no estudo sincrônico e diacrônico, bem como nas questões sociolinguísticas. Pois se há tanto tempo, pessoas preocupavam-se em diferenciar e categorizar uma língua de acordo com o poder e, com a situação social e econômica, nos dias atuais, esse cenário piora cada vez mais.

³¹ Notável mestre francês, discípulo de Frederico Diez e integrante da equipe que favoreceu a introdução da Filologia Românica em França.

5. A ORIGEM DO PORTUGUÊS

A linguagem é como uma pele: com ela eu entro em contato com os outros.

Roland Barthes

É certo que as línguas são dinâmicas, tal qual seus falantes e sua história. Portanto, não há como determinarmos uma data exata em que a língua portuguesa foi criada, ou o dia em que os falantes de Portugal deixaram de falar o latim para falar o português. Por isso, os estudos de origem da língua portuguesa são delimitados por **periodizações**. Normalmente os pesquisadores utilizam-se de marcos na história a fim de um melhor auxílio nessa delimitação.

Segundo Ilari e Basso (2006, apud BASSO; GOLÇALVES, 2010, p.78), esta análise pode ser feita através da periodização de alguns pesquisadores:

	Leite de Vasconcelos	Serafim da Silva Neto	Pilar Vásquez Cuesta	Luís-Felipe Lindley-Cintra
Até o século IX (882)	português pré-histórico (até 882)	português pré-histórico (até 882)	português pré-literário (até 1216)	português pré-literário (até 1216)
900-1000	português proto-histórico (882 até 1214/1216)	português proto-histórico (até 1214/1216)		
1000-1100				
1100-1200				
1200-1300	português arcaico (1216 até 1385-1412)	português trovadoresco (1216 até 1420)	galego-português (1216 até 1385/1420)	português antigo (1216 até 1385/1420)
1200-1300		português comum (1420 até 1536/1550)	português pré-clássico (1420 até 1536/1550)	português médio (1420 até 1536/1550)
1400-1500				
1500-1600	português moderno	português moderno	português clássico (1550 até o séc. XVIII)	português clássico (1550 até o séc. XVIII)
1600-1700				
1700-1800				
1800-1900			português moderno	português moderno
1900-2000				

Figura 8- Periodização da língua portuguesa/ Fonte: digitalização do acervo pessoal.

Cabe salientar que a periodização supracitada não é a única e, para aqueles que necessitam fazer um estudo sobre a história da língua, é importante analisar as demais periodizações dessa forma, fica claro que tais períodos servem como nortes a quem necessita compreender melhor algumas mudanças da língua portuguesa.

Para Ilari e Basso³² (2006, apud BASSO; GOLÇALVES, 2010, p. 78) a periodização mais utilizada é uma que divide a língua em:

- Português arcaico.
- Português clássico.
- Português moderno.

E exemplificam afirmando que:

O português arcaico abrange o período que vai do nascimento da língua portuguesa, ou seja, fins do século XII e início do século XIII, até o início das grandes navegações portuguesas, em torno de 1415.

Por sua vez, o português clássico tem início justamente por volta de 1415 e consolida-se na impressionante obra *Os Lusíadas*, de Camões, datada de 1572. Nesse período relativamente curto, várias inovações e consolidações importantes ocorreram na língua portuguesa, aproximando-a bastante da língua que falamos hoje. E, finalmente, o português moderno inicia-se em 1572 e segue seu curso de modo diferente no Brasil, em Portugal, na África e na Ásia até os dias de hoje. (ILARI; BASSO, 2006, apud BASSO; GOLÇALVES, 2010, p.78-79)

Noll (2008 apud BASSO; GOLÇALVES, 2010, p. 134) traz uma outra proposta de periodização:

- a) 1500 a 1550: fase inicial, traslado da língua portuguesa para o Brasil;
- b) 1550 a 1700: fase normativa, surgimento e fixação de algumas das características marcantes do português do Brasil;
- c) 1700 a 1800: fase diferenciadora, nessa fase acentuam-se as diferenças entre o português falado dos dois lados do Atlântico e começa o reconhecimento do português brasileiro;

³² Renato Miguel Basso é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), doutor e mestre em Linguística pela Unicamp. Rodolfo Ilari tem graduação em Letras Neolatinas Português e Francês pela Universidade de São Paulo (1967), mestrado em Linguística - Université de Besançon (1971) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1975).

- d) 1800 a 1950: fase de desenvolvimento da escrita e do ensino, nessa fase há a implantação de políticas de ensino no Brasil e da publicação de documentos diretamente em território nacional;
- e) De 1950 até o presente: fase de nivelamento, através dos meios de comunicação, como rádio e televisão, e do avanço da urbanização, ocorre certa homogeneização do português no território brasileiro.

Para os autores, essa periodização possibilita uma compreensão não somente das fases, mas de, “um bom entendimento das mudanças pelas quais o português passou no Brasil, bem como dos seus conservadorismos e inovações em relação à língua portuguesa em Portugal.” (BASSO; GOLÇALVES, 2010, p.134).

Contudo, sabe-se que tais mudanças não ocorreram de forma tão natural, principalmente no início do processo de introdução da língua portuguesa. De fato, os portugueses impuseram sua cultura, sua religião e sua língua aos índios. Um dos nomes mais citados neste processo de imposição foi o **Marquês de Pombal**, que ficou historicamente conhecido por suas reformas, pela expulsão dos jesuítas e pelo impulso na educação em seu país. Aqui no Brasil, expulsou os jesuítas, alegando que eles protegiam demais os indígenas. Foi responsável por promulgar uma medida para o diretório dos índios, que nada mais era do que uma “medida civilizatória”. Essa medida tinha como objetivo cobrar impostos dos índios e obriga-los a se converterem, obrigatoriamente, ao Cristianismo. Em relação à imposição da língua Ilari e Basso (2006 apud BASSO; GOLÇALVES, 2010) citam um trecho do que esta promulgação dizia:

Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Índios, que forem capazes de instrucção nesta matéria, usem da língua própria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Magestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observarão com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado.

Essa imposição era obrigatória não somente para os indígenas, mas também aos escravos africanos. É sabido que os escravos não podiam demonstrar nenhum tipo de manifestação religiosa de suas raízes africanas, assim, eles faziam seus cultos e rituais, utilizando os seus deuses disfarçados pelos santos católicos.

Da mesma forma, a língua portuguesa foi imposta aos escravos africanos. Na fase diferenciadora, que se deu por volta de 1700, a taxa de analfabetismo era muito alta, pois cabia

ao escravo apenas o duro trabalho na fazenda. Ilari e Basso (2006 apud BASSO; GOLÇALVES, 2010, p. 139-140) citam uma carta escrita por uma escrava, fato este raro, partindo da ideia de que além de ser escrava, tratava-se de uma mulher, o documento é proveniente do Arquivo Público do Estado do Piauí³³:

Eu sou hua escrava de V. S. dadministração de Captam Antº Vieira de Couto, cazada. Desde que o Capam pa Lá foi adeministrar, q. me tirou da fazda dos algodois, aonde via com meu marido, para ser cozinheira de sua caza, onde nella passo mto mal.

A primeira hé q. há grandes trovoadas de pancadas enhum Filho meu sendo uhã criança q lhe fez estrair sangue pella boca, em mim não poço explicar q. Sou hu colcham de pancadas, tanto q. cahy huã vez do Sobrado abacho peiada; por mezericordia de Ds esCapei.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E huã criança minha e duas mais por batizar.

Pello q Peço a V.S. pelo amor de Ds e do Seu valimto ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Porcurador que mande p. a Fazda aonde ele me tirou pa eu viver com meu marido e Batizar minha Filha

de V.Sa. sua escrava

EsPeranCa garcia

Um outro exemplo é um trecho do texto do Bispo de Pernambuco Jozé J. da Cunha de Azeredo Coutinho³⁴ que mostra, claramente, a necessidade de ensinar o “correto”, não deixando que os “desvios” e as variações sobressaíam-se (grifos meu):

Quanto à Arte de Ler

§.2. Deve o Professor ensinar aos seus Dicipulos a conhecer as letras, ou caratéres de que se áde | | servir, fazendo diferença das vogaes, e das consoantes, e do sôm de uma delas separadas, ou juntas umas com as outras, não lhes consentindo que pronunciem umas em lugar

³³ Cf. MOTT, 1979, p.8-9.

³⁴ Formado em Direito Canônico em 1775, foi nomeado bispo de Olinda em 1794, bispo-auxiliar de Bragança e Miranda em 1802 e de Elvas em 1806. Não aceitou o cargo de Bispo de Beja, para o qual fora eleito em 1818, assumindo no mesmo ano as funções de inquisidor-geral do reino, por nomeação de Dom João VI. Permaneceu no cargo até a extinção do Tribunal do Santo Ofício após a Revolução liberal de 1820, ano de sua morte.

de outras: v.gr.v em lugar b, nem b em lugar de v, como vento em lugar de Bento, e Bento em lugar de vento, nem acrescentar letras aonde não a á, como v.gr. aiagua em lugar de agua, não aiá em lugar de não a á; nem tirar letras onde á, como v.gr. Janero em lugar de Janeiro, teado em lugar de telhado; mio em lugar de milho; nem inverter a ordem das letras, pondo em primeiro lugar as que se devem pôr em segundo, como v.gr. trato em lugar de teatro; cravaõ em lugar de carvaõ; virdasa em lugar de vidrasa; breso em lugar de berso; provezinho em lugar de pobrezinho &c. Deve ensinar-lhes a pronunciar os ditongos com clareza, e em toda sua forsa: como v.gr. meu Pai, e não me Pai; pauzinho e não pazinho; não, e não num &c.

O texto acima, de certa forma, tem uma breve semelhança com o App, o qual proíbe o uso de variações, neste caso, do português falado, condenando-os como vulgares. É notória a presença da intenção de uma elitização da língua por parte de uma classe dominante.

Outro detalhe muito interessante na fase do desenvolvimento da escrita e do ensino no Brasil, que ocorreu por volta de 1800 a 1950, era a imitação por parte da classe dominada para com a dominante. Uma hipótese disso foi a pronúncia chiente de /s/ e /z/ em fins de palavras e de sílaba, “característica do Rio de Janeiro e de Belém de várias cidades litorâneas, é também documentada desde as primeiras décadas do século XIX no Brasil, apesar de ter se desenvolvido muito antes em Portugal” (ILARI; BASSO, 2006 apud BASSO; GOLÇALVES, 2010, p. 141).

Essa fala chiente foi, por vezes, associada à vinda da Família Real Portuguesa e sua corte em 1808. Alguns pesquisadores chegaram a assumir “que os moradores brasileiros viam vantagens em falar como o rei. E assim, constrói-se a hipótese de que a pronúncia chiente resultou justamente da imitação da fala dos portugueses que chegaram em 1808.” (NOLL, 2008 apud BASSO; GOLÇALVES, 2010, p. 142).

Assim, em 1808 a chegada da imprensa no Brasil mudaria o cenário da língua portuguesa. Com este marco, a língua escrita passaria a ter normas estilísticas fixadas, reforçando ainda mais a necessidade de elitizá-la. O rádio e a televisão também desempenharam um papel fundamental para o **nivelamento** da língua portuguesa em território nacional.

Mas até que ponto a língua portuguesa estaria sendo **nivelada**? É certo que, se for pensar na língua portuguesa se legitimando, como língua oficial de um território, cabe sim, este termo nivelamento. Entretanto, a noção de nivelação fica confusa partindo da ideia de falares diferentes em uma mesma região ou território. Consente a isso, Ilari e Basso (2006 apud BASSO; GOLÇALVES, 2010, p. 144) dizem:

Tomemos, por exemplo, a construção de Brasília, fundada em 21 de abril de 1960. Para sua construção, houve um deslocamento de inúmeras pessoas, principalmente provenientes da região Nordeste, mas também de outras, que se reuniram num mesmo local. Obviamente essas pessoas tinham que se comunicar e cada uma delas trazia de sua região uma experiência e uma série de marcas linguísticas peculiares. Não é difícil imaginar o “caldeirão linguístico” então formado e como certo “nivelamento” ocorreu, justamente devido às trocas e interações linguísticas. Podemos pensar também no grande número de pessoas que se deslocaram do Nordeste para a região de São Paulo e do Rio de Janeiro em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Juntamente com esses migrantes, vieram diversos costumes e um linguajar típico que não raramente foi incorporado pela região que recebeu os migrantes [...]

Dessa forma, é interessante pensar na seguinte situação: será que a convivência, por tanto tempo, com indígenas, africanos e imigrantes que aqui vieram não foi significativa para uma língua com tamanha variedade linguística como o Brasil? Com base nas análises acima, de certo, fica mais claro de que forma o Brasil construiu seu vasto cenário de variações linguísticas. Um país de extensão territorial tão ampla, com tanta miscigenação, não poderia mesmo ter uma língua tão refratária e uniforme.

6. É ERRADO FALAR ASSIM?

Muitos devem estar se perguntando como uma já professora de língua portuguesa e acadêmica de letras, que preza pela norma e pelo ensino da língua padrão, está escrevendo e defendendo a ideia de aceitação de desvios e variações em uma língua. E, para que o cerne da pesquisa seja respondido, faz-se necessário citar um trecho da belíssima crônica de Luís Fernando Veríssimo (apud LUFT, 2008, p.14-15) de título **O gigolô das palavras**:

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. Só predomina nas línguas mortas, e aí é de interesse restrito a necrólogos e professores de Latim, gente em geral pouco comunicativa. Aquela sombria gravidade que a gente nota nas fotografias em grupo dos membros da Academia Brasileira de Letras é de reprovação pelo Português ainda estar vivo. Eles só estão esperando, fardados, que o Português morra para poderem carregar o caixão e escrever sua autópsia definitiva. É o esqueleto que nos traz de pé, certo, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Com essa crônica, Veríssimo, além de elogios, recebeu muitas críticas, principalmente de alguns estudiosos da língua, mais conservadores. Seria uma subversão linguística? Estaria ele instigando um certo dano à língua nos meios estudantis? É difícil saber, ao certo, se foi esta a intenção do autor, mas se tal crônica for lida com olhares mais críticos, como fez Celso Pedro Luft em sua obra *Língua e liberdade*, quem sabe, talvez seja possível uma melhor compreensão.

De partida, sobre o ato importante de comunicar:

Eis um óbvio frequentemente esquecido pelos que transformam o estudo da língua em estudo de Gramática. Crítica indireta do cronista à escola tradicional, onde é tão raro que se estude a língua como meio de comunicação atual, vivo, eficiente. Também a linguagem dos alunos, suas composições, deveriam ser julgadas, exclusivamente, como atos de comunicação, e não como campo de purismo gramatical ou exercícios de ortografia. Ver a língua e tratá-la como instrumento de comunicação será desrespeitá-la? (LUFT, 2008, p. 15-16)

É sabido que no território brasileiro há muitas variantes linguísticas. São, de fato, uma gama de modos e jeitos de falar, em que cada local, região, possui uma língua moldada de

acordo com a sua cultura, seu entorno. E assim, Veríssimo é contundente com sua profícua crônica, ao mostrar que língua e gramática, apesar de possuírem uma relação quase que vital, não são dependentes uma da outra. Ora, a gramática tem sim sua beleza, pois traz a organização de uma língua. Entretanto, dizer que o modo correto de falar ou escrever é, somente, de tal documento, seria mobilizá-la, torná-la tolhida. Todo e qualquer falante pode, de forma consciente, expressar-se sem mesmo nunca ter tido acesso às normas de uma língua. Luft (2008, p. 18) para ilustrar esse fenômeno, traz à baila uma alegoria:

Podemos nos mover sem saber que músculos, nervos, ossos estão em funcionamento; sem saber as regras de locomoção. Quanto pianista toca de ouvido, sem conhecer teorias de notas, de acordes ou harmonização; sem saber explicitamente as regras da gramática da música. Importante é se habilitar a falar claro, escrever claro, de modo eficiente, utilizar com desembaraço e prazer seu bem pessoal mais íntimo: a língua. Isso é o que importa estudar, praticar, desenvolver; não regras de Gramática.

Em suma, o que mais se ouve (e se ouviu!) é o termo **erro** para tantas questões da língua. Afinal, como devemos falar? É errado falar assim? E tais perguntas, normalmente vêm acompanhadas de muitas repostas para alguns desvios, dentre muitas justificativas, eis algumas: é a “corrupção moral da juventude, a falta de gosto pela leitura, a incompetência dos professores, os modismos criados pelos meios de comunicação e pela publicidade [...]” (BAGNO, 2009, p. 15). E com isso, o mal que assombra as **minorias**³⁵ vai ganhando força, determinando cada vez mais que é o melhor quem detém o poder, fomentando o tal **preconceito linguístico**.

Portanto, assim como há séculos, indivíduos mais letrados determinavam como deveria ser a **forma correta de falar**³⁶, ainda hoje, com os mesmos e até outros interesses envolvidos, brasileiros que se cunham como pessoas mais letradas, também discriminam, segregam e selecionam o modo de falar e escrever de uma sociedade rica em variedades linguísticas. Acerca disso, Bagno (2009, p. 21) diz:

No Brasil, a situação linguística revela um drama parecido, embora a violência aqui seja exercida no nível do simbólico, mas nem por isso menos violenta. Os brasileiros urbanos letrados não só discriminam o modo de falar de seus compatriotas analfabetos, semianalfabetos, pobres e excluídos, como também discriminam o seu próprio modo de falar, as suas próprias variedades linguísticas.

E ainda sobre o preconceito linguístico, o autor destaca:

³⁵ São muitas no Brasil, cabe aqui um destaque para os nordestinos, índios, negros, bem como para os moradores oriundos de favelas etc.

³⁶ Aqui refiro-me ao Appendix Probi, que mesmo sendo um documento tão antigo, tem a mesma essência de alguns guias contemporâneos da língua portuguesa, que ensina o “bom português”.

Podemos dizer, portanto, que o preconceito linguístico no Brasil se exerce em duas direções: de dentro da elite para fora dela, contra os que não pertencem às camadas sociais privilegiadas; e de dentro da elite para ao redor de si mesma, contra os seus próprios membros. Isso porque, como eu já disse, existe na mentalidade dos brasileiros em geral. E dos falantes urbanos escolarizados em particular, a convicção muito arraigada de que no Brasil ninguém fala bem o português.

Sabe-se que até os escritores mais consagrados da literatura mundial, pertencentes do cânone, usavam e usam as normas não padrão sem medo. Mesmo Camões, com toda a sua grandiosidade nas artes literárias, por vezes, utilizou a linguagem vulgar. À guisa disso, Bagno (2009, p. 26) parte do pressuposto de que:

[...] Se Carlos Drummond de Andrade pôde escrever, em 1925, “tinha uma pedra no meio do caminho”, por que aparecem esses chatos na televisão resmungando que não podemos usar o verbo *ter* no lugar de *haver*? Se Antônio Cândido, em 1967 (num importante prefácio ao livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda), escreveu que “para nós, há trinta anos atrás, *Raízes do Brasil* trouxe elementos como estes, fundamentando uma reflexão que nos foi da maior importância”, por que se gasta tanta coluna de jornal e de revista para condenar a suposta “redundância” e apregoar que basta dizer “há trinta anos” ou “trinta anos atrás”?

Sem dúvida, é um caso a ser repensado pelos gramáticos e envolvidos nos estudos linguísticos. É chegado o tempo em que a nova geração de professores de língua portuguesa necessita redefinir a configuração de suas aulas. Os falantes da língua devem ter o direito de expressar-se livremente, sem sentir a necessidade de se aprisionar às normas padrão. Afinal, se as normas sociais mudam com o passar do tempo, por qual razão o homem não pode se permitir a falar de acordo com o seu tempo e sua realidade? (BAGNO, 2009).

Importa destacar que a presente pesquisa não tem por objetivo desmerecer ou desprezar a gramática normativa, pelo contrário, o fato em questão é considerar as demais formas, e que essas sejam justas e aceitáveis. Não há uma busca pela “substituição da norma tradicional por um outro conjunto de regras” (BAGNO, 2009, p.28), mas por uma democratização da língua.

Dessa maneira, o cerne da questão é que haja a construção de uma sociedade tolerante, que valorize a diversidade, pois “a multiplicidade linguística do Brasil – um país onde são faladas mais de duzentas línguas diferentes, além das muitas variedades do português brasileiro – não pode mais ser vista como um problema” (BAGNO, 2009, p. 28), e sim ser valorizada como uma riqueza do país.

Entretanto, há uma grande parte da sociedade que ainda resiste à aceitação e respeito às normas não padrão. Há aqueles que, por uma transmissão do censo comum, acabam apenas por discriminar, sem saber a riqueza que os tantos falares possuem. Mas, uma outra parcela, que

por muito tempo foi chamada de **purista**³⁷, sustenta a ideia de que o uso da língua deve respeitar a forma da gramática normativa. Evanildo Bechara (1999 apud BAGNO, 2009, p.31) diz que “A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos”.

Há, ainda, os que querem reformular a língua à força, modificando usos que são utilizados há séculos, e utilizam-se da mídia para propagar tamanha insipiência. É o caso da expressão **risco de vida**, que foi dita como **sendo errada** por um célebre gramático midiático. Ele defende que a expressão correta é **risco de morte**, e assim, todos os repórteres, a partir de então, iniciaram suas frenéticas mudanças ao uso. Entretanto, nem todas as pessoas aceitaram este postulado, foi o caso do linguista **Carlos Moreno** que publicou em sua página na Internet³⁸ a resposta a um leitor que gostaria de saber qual o uso correto:

[...] Sinto dizer-te, meu polido leitor, mas não é bem assim que funciona. A experiência me ensinou a suspeitar, de antemão, de tais “descobertas” adventícias, feitas por essas autoridades que aparecem para me anunciar, com aquele olhar esgazeado do homem que viu a bomba, que eu estive cego e surdo todo esse tempo. Talvez não saibas, mas o Brasil assiste agora a uma nova safra desses Antônio Conselheiros da gramática: volta e meia, aparece um maluco disposto a reinventar a roda e a encontrar “erros” no português que já era falado pela avó da minha bisavó e pelos demais antepassados –incultos, cultos ou cultíssimos. O que esses fanáticos não sabem (até porque, em sua grande maioria, pouco estudo têm de linguística e de gramática) é que, mesmo que a forma que eles defendem seja aceitável, a outra, que eles condenam, já existia muito antes do dia em que eles próprios vieram a este mundo para nos incomodar.

Assim, cabe suscitar uma questão: não seria mais fácil, por razões coerentes, aceitar, compreender e estudar tais inovações na língua, do que, condená-las e deplorá-las? De fato, seria muito mais justo e democrático aceitar e valorizar os tantos falares, os dizeres de uma sociedade múltipla em culturas e expressões. Evanildo Bechara (apud LUFT, 2008, p. 40) afirma que “todo falante se torna na verdade uma espécie de ‘poliglota’ na sua própria língua”, pois fala variações dela, adaptando-se de acordo com o local e ambiente em que se porta. Assim, quando presente com os familiares, fala de um jeito, já em uma roda com os amigos, de outro. E sabe ainda que ao discursar em uma reunião ou em uma conferência, ao escrever uma tese ou dissertação, necessitará apurar e utilizar uma linguagem padrão.

³⁷ Termo atribuído às pessoas que defendem a “pureza” da língua contra todas as demais formas, ou seja, as variantes ou formas inovadoras. O termo tem sua origem na França do final do século XVII, no apogeu do período aristocrático e absolutista, centrado na figura do rei. O fundador do movimento purista na França foi o gramático e escritor Claude Favre de Vaugelas.

³⁸ Texto completo disponível em www.sualingua.com.br. Acesso em 01 de junho de 2016.

Todavia, uma possível mudança poderia partir da desconstrução da antiga noção de ensino de língua portuguesa, e que ainda vigora: o ensino gramaticalista. Nesse, confunde-se muito **estudar a língua** com **estudar gramática**. Ou ainda, o ato de **produzir textos** com a tal **redação**, que é feita com a finalidade de o professor corrigir os **erros**, não permitindo portanto, a livre criação do sujeito escritor. (LUFT, 2008).

Afinal, de que serve ensinar as conjugações verbais com repetidas atividades, se ao escrever um simples texto o aluno não inferir que o vocábulo **andaram** é diferente de **andarão**? E mais, com que finalidade são pedidas nos livros didáticos várias atividades com a segunda pessoa do plural –o vós –se, é sabido que este há muito já saiu de circulação, ficando em uso apenas para meios restritos (igreja e documentos oficiais jurídicos)?

Outra questão a ser destacada é a leitura de textos que quando trazido ao educando, é massificado como pano de fundo para ser trabalhado com atividades gramaticais, análise sintática, entre outros. “Será que a Linguística e a Teoria da Comunicação não poderiam ajudar na reformulação de um ensino de frutos tão negativos?” (LUFT, 2008, p. 46).

Mais uma vez, é importante frisar que o ensino da norma padrão é importante e se faz necessário, entretanto, a desvalorização da forma não padrão é o que está em questão, pois tal evento gera uma segregação da sociedade em dois tipos: os cultos, letrados, que sabem falar bem e escrever bem; já do outro lado, os que não sabem falar e escrever bem, os marginalizados pela sociedade como ignorantes, com pouco estudo.

Acerca dessas análises, Luft (2008, p. 70) diz:

Enfim: é urgente que o professor de língua materna seja tecnicamente bem preparado, com sólida fundamentação linguística, para termos um ensino mais eficiente, adequado à realidade do país, dos alunos, da escola. O professor de língua materna deve ser um profissional especializado e competente. [...]

Se a intenção é democratizar o país, por que não começar pela língua e pelo ensino dela? Afinal, o símbolo máximo de representação de nosso país traz o vocábulo **progresso**³⁹, que por si, em sua concepção mais simples, nada mais é do que a ação ou resultado de ir para frente, progredir, seguir em frente. Nesse sentido, que o avanço seja profícuo, em todas as esferas da sociedade, e que o maior instrumento de comunicação de um país seja democratizado como tal.

³⁹ Referência à bandeira nacional brasileira, também chamada de Auriverde, que traz ao centro o seu lema nacional “ordem e progresso”.

Pois se a língua é uma função comunicativa, deve-se levar em conta o contexto social em que o indivíduo está inserido.

Outro fator a ser questionado é a formação dos profissionais da educação. Estão esses preparados para receber em sala diversos alunos com várias culturas, vários falares, vários dizeres? Será que os números de evasão escolar, que são enormes, não estariam ligados a tal forma de ensinar a língua portuguesa, tendo em vista a variedade linguística que é refratada em uma única forma, a padrão?

7. AS PROIBIÇÕES DO PORTUGUÊS

Eu digo sim

Eu digo não ao não

Eu digo

É proibido proibir

É proibido proibir

É proibido proibir

É proibido proibir

Caetano Veloso

É justo, antes de tudo, reforçar o já dito acerca das análises feitas, sobre o uso do português padrão e de sua gramática. Mais uma vez, julga-se necessário reafirmar que o propósito de tal pesquisa não é uma idealização da substituição ou desvalorização das formas tradicionais pelas inovadoras. E sim, uma reflexão sobre as variantes linguísticas e o respeito a elas no cenário social do país. Bem como diz Bagno (2009, p. 37):

Tudo o que desejamos é, repito, que as formas não normativas características do português brasileiro e há muito tempo incorporadas nas atividades de *todos* os brasileiros, inclusive dos mais letrados (inclusive dos grandes escritores!), sejam consideradas igualmente válidas e aceitáveis, para que possamos nos comunicar um pouco mais livremente, sem a patrulha gramatiqueira que pesa sobre nossas consciências o tempo todo e não nos deixa usar nossa língua materna em paz.

A ideia é que se faça justa a valorização de todas as **formas de expressão**⁴⁰ de uma sociedade. Contudo, cabe esclarecer que a forma padrão deve, sim, ser estudada, a fim de que os indivíduos tenham a opção de conhecer as variedades, podendo com liberdade, escolher a melhor forma de se comunicar. Já no âmbito educacional não “é preciso deixar os alunos provenientes das camadas desfavorecidas da população encerrados em sua própria variedade linguística, sem permitir que tenham acesso a outros modos de falar e escrever” (BAGNO,

⁴⁰ A expressão popular, das favelas, das periferias, das classes médias, do negro, do índio, do funk, do samba, ou seja, toda e qualquer forma de expressão, seja ela escrita ou falada.

2009, p. 40) Mas, recriar novas possibilidades para que eles possam ter oportunidades de escolha.

Tal como no App, é possível perceber frequentemente uma tentativa de reforçar o uso da língua padrão como a única maneira de comunicação entre os pares. Assim, alguns gramáticos escrevem os famosos **guias completos da língua portuguesa** que trazem na capa a promessa de ensinar a falar e a escrever corretamente.

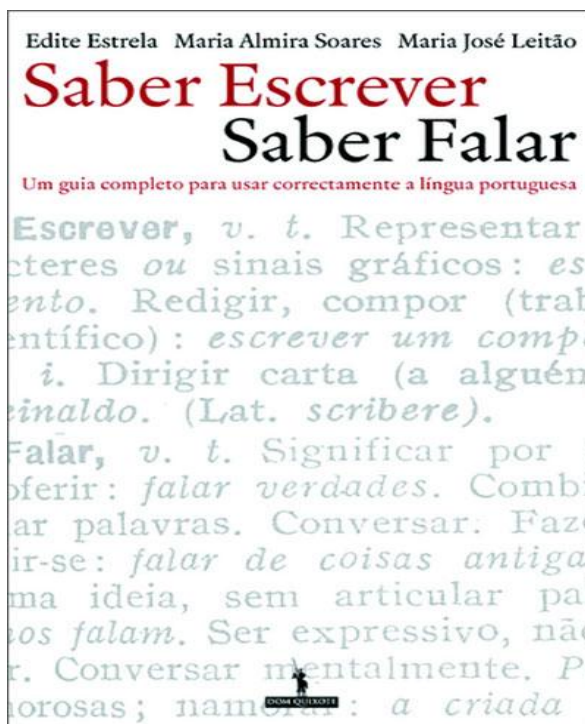


Figura 9- Guia completo para usar corretamente a Língua Portuguesa/ Fonte: <http://www.fnac.pt/Saber-Escrever-Saber-Falar-Edite-Estrela/a172476>. Acesso em 09 de junho de 2016.

Neles, encontram-se algumas listas de como usar o português padrão, o “famoso” pode e não pode, certo e errado, tal como visto no App. Quando analisado pela ótica de estudantes e professores envolvidos em **concursos e cursos preparatórios**⁴¹, há uma certa coerência. Haja vista que a norma culta é cobrada em tais eventos, essas dicas vão ao encontro dos objetivos dos envolvidos nesses concursos.

Cabe destacar que no geral, os concursos e cursos preparatórios visam corrigir não somente o modo de falar, mas também o modo de escrever, a fim de que o aluno tenha um bom

⁴¹ É importante frisar que, no geral, provas de vestibulares e concursos necessitam verificar o conhecimento e desempenho por parte dos estudantes, por isso a língua padrão é tão importante para esses casos.

desempenho nas questões dissertativas. Na figura 10, é possível ter uma noção de como sites e blogs de cursos se organizam para tal.

Maneira errada	Maneira correta
Agente	A gente
Fasso	Faço
Concerteza	Com certeza
As vezes	Às vezes
Ecessão/eceção	Exceção
Afim	A fim
Nada aver	Nada haver
Derrepente	De repente
Muinto	Muito
Porisso	Por isso
Com migo	Comigo
Começei	Comecei
Mendingo	Mendigo
Iorgute	Iogurte
Voçê	Você

FC NOTÍCIAS

Figura 10- Relação dos erros mais comuns na língua portuguesa/ Fonte:
<http://www.fcnoticias.com.br/wp-content/uploads/Erros-comuns-de-portugu%C3%AAs.jpg>.
 Acesso em 08 de junho de 2016.

Entretanto, essas regras de **não escreva assim** não se restringem apenas ao âmbito educacional. Atualmente, com a democratização da Internet, algumas informações são compartilhadas com muita rapidez. E este fato, sem dúvida, é positivo, pois traz informações àqueles que as procuram. Mas há nesse processo, indivíduos que aproveitam tais informações vinculadas para estereotipar os não seguidores de tais regras. Assim, surgem os discriminados pela fala e pela escrita, que são vistos pelos mais letrados como indivíduos que vivem às margens da luz do conhecimento e às sombras da ignorância.

Há, também, sites especializados em dar dicas de língua portuguesa. Um exemplo é o site professora coruja, cuja página teve tanto acesso que ampliou para outras redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter. Neste espaço virtual, as dicas são tanto de como falar bem, como também de como escrever o português padrão. Um exemplo é o caso do par **senão** e **se**

não que existem na língua portuguesa, porém cada um possui um valor semântico, como visto na figura 11.



Figura 11- Dicas de Língua Portuguesa/ Fonte: <http://professoracoruja.com.br/dicas-de-portugues>. Acesso em 08 de junho de 2016.

De modo geral, há a necessidade de haver bom senso para tais regras e dicas. Pois, utilizá-las para desmerecer e taxar os que assim falam e/ou escrevem, é legitimar um preconceito linguístico sobre uma boa **parte da população**⁴². Portanto, é importante e necessário analisar os fatos e permitir-se a uma questão: se há tanto tempo esse ensino de gramaticalização é propagado, por que os índices de reprovação, evasão, analfabetismo são cada vez mais alarmantes no Brasil? Se um ensino tão tradicional que perdura há tanto tempo, talvez apenas com roupagens diferentes de tempos em tempos, ainda possui números negativos, não é chegado o momento de redefinir esse ensino? Rever os métodos? As respostas para tais perguntas podem ser várias. Todavia, segue uma, que julga-se ser adequada para os fins da pesquisa. Tal resposta é encontrada na fala de Luft (2008, p. 98):

[...] O comodismo leva a seguir currículos prontos, por bitolados que sejam. A inércia ou a insegurança, e o desejo de evitar atritos com colegas ou autoridades, fazem com que, pesar dos fracassos, se continue patinando num método desatualizado e ineficiente. É natural que haja dificuldades num terreno de areias movediças, ainda em expansão, como é o das teorias sobre a linguagem, sobre a aprendizagem/aquisição da língua nativa.

⁴² Sim! Boa parte da população vive “na escuridão do conhecimento”, como muitos preferem definir. Segundo o IDH deste ano, 12% da população brasileira não é alfabetizada. E cabe pensar que para os alfabetizados, poucos são os que terminaram o ensino básico. Fonte: <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/idh-escolarizacao-no-brasil.htm>. Acesso em 08 de junho de 2016.

Afinal, ensinar a língua portuguesa vai, sem dúvida, muito além de regras e normas. Praticá-la é, na verdade, ler (ler muito!) e escrever (escrever e escrever). Isso, sim, é o método que possibilita “ampliar, reforçar e agilizar a gramática, a de todos e a de cada um em particular” (LUFT, 2008, p. 84), valorizando a gramática natural que o indivíduo já traz consigo. Sim, aquela que ninguém ensinou e foi se moldando conforme o meio e o entorno presente entre ele e seus pares.

Na verdade, um possível caminho é a formação do profissional de Letras que, muitas vezes fica estagnado na graduação, com visões restritas ao ensino da língua, e não ao seu estudo. Ensinar a língua portuguesa vai muito além de abrir uma gramática e transferir o seu conteúdo aos alunos através de imensas listas de atividades. O ensino se faz através de estudos linguísticos da língua, analisando como se dá cada fenômeno, a fim de explicá-lo, compreendê-lo, e não apenas para dizer se é **certo** ou **errado**.

Sobre a postura do educador, Camacho (2006, p. 72) diz

Afinal de contas, o ensino da variedade padrão não necessita ser substituído e, por isso, não implica a erradicação do dialeto marginalizado. As formas alternativas podem conviver harmoniosamente na sala de aula. Cabe ao professor o bom senso de discriminá-las adequadamente, fornecendo ao aluno as chaves para perceber as diferenças de valor social entre elas e, depois, saber tirar vantagem dessa habilidade, selecionando a mais adequada conforme as exigências das circunstâncias do intercurso verbal. (grifo nosso).

Assim, a gramática padrão deve, sim, ser trabalhada em sala, entretanto, o educador deve fornecer meios para que o aluno possa entender como utilizá-la, e quando deve utilizá-la, sendo respeitadas também as demais variedades presentes na língua.

7.1 O PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

Multa renascentur quae iam cecidere cedentque

Quae nunc sunt in honore uocabula, si uolet usus,

*Quem penes arbitrium est et jus et norma
loquendi*⁴³

-Horácio- A arte poética-

O Brasil é o maior país da América do Sul, possuindo uma extensão territorial de 8.516.000 km² e é constituído por 200,4 milhões de habitantes, conforme o censo de 2013. A formação do país, como é sabido, se deu por uma **miscigenação** entre índios, africanos, portugueses, italianos, alemães, dentre outras nacionalidades que aqui chegaram. Assim, cada povo que imigrava ao país, trazia consigo sua cultura, sua religião, e por assim dizer, sua língua. Com isso, os falares foram se fundindo, criando variações linguísticas, que por vezes são confundidas com regionalismos.

A variação linguística pode ser observada através de duas óticas: interna e externa. (BAPTISTA, apud CAMACHO 2013). Na visão interna, a variação compreende vários níveis: fonológico, morfológico, sintático, lexical e no discurso. Há, também, variáveis em níveis: morfossintático e morfofonológico.

Baptista (2013, apud CAMACHO, 2013, p. 66) pontua que na dimensão interna são os seguintes níveis:

- Variação no nível fonológico: faixa/faxa; ouro/oro (realização de certos ditongos tanto de maneira plena quanto reduzida);
- Variação no nível morfológico: tu/você; nós/a gente (alternância de forma pronominal);
- Variação no nível morfofonológico: falar/falá; saber/sabê etc. (marcação do infinitivo dos verbos, os morfemas que desaparecem também são fonemas);
- Variação no nível sintático: ...essa aqui é a pessoa em cuja casa eu fiquei quando viajei.../essa aqui é a pessoa que eu fiquei na casa quando viajei.../...essa aqui é a pessoa

⁴³ Muitas palavras que já morreram renascerão, e cairão em desuso as palavras que atualmente estão em voga, se assim quiser o uso, que detém o arbítrio, o direito e a norma de falar. (apud BAGNO, 2009, p. 240).

que eu fiquei na casa dela quando viajei... (variação na realização dos pronomes relativos);

- Variação no nível morfossintático: As menina bonita/ As meninas bonitas (a marcação de plural em As menina bonita só pode ser dada pela relação entre a primeira palavra e as demais do sintagma nominal e não o inverso que seria regra não existente no português);
- Variação no nível discursivo: sabe? não tem? entende? (marcadores discursivos);
- Variação no nível léxico: jerimum, abóbora (traços regionais).

E sobre a dimensão externa, a autora relaciona esta noção aos fatores extralinguísticos, que ficam fora da estrutura da língua, como a variação regional ou geográfica (diatópica); a variação social ou diastrática; a variação estilística ou diafásica; e a variação na fala e na escrita (diamésica).

É na fala, que se pode observar, por vezes, traços não somente de uma herança nacional, mas também, é nela que a expressão de um povo se manifesta. Tal manifestação pode ser muito evidente através das artes, mais precisamente na música, na literatura, no cinema e no teatro. É a manifestação popular de uma nação! Qualquer pessoa que viaje para um outro país, sem dúvida, ao conhecer um pouco sobre a cultura local, irá buscar informações sobre a culinária, a música, o teatro e as artes. A arte diz muito sobre um grupo social, seu modo de viver e pensar. Um belo exemplo de manifestação cultural na música é a o cantor **Luiz Gonzaga**⁴⁴, que ao cantar a canção **Asa Branca**, mostra todo o sentimento de um povo que vive na região do sertão do Nordeste. E, para ficar mais presente à marca do sertão, a letra é sinuosamente desenhada por sua fala regionalista, constituída de variações linguísticas:

ASA BRANCA⁴⁵
Luiz Gonzaga / Humberto Teixeira

⁴⁴ Conhecido como o Rei do Baião, foi um importante compositor e cantor popular brasileiro. Foi uma das mais completas, importantes e inventivas figuras da música popular brasileira. Cantando acompanhado de sua sanfona, zabumba e triângulo, levou a alegria das festas juninas e dos forrós pé-de-serra, bem como a pobreza, as tristezas e as injustiças de sua árida terra, o Sertão Nordestino, ao resto do país, numa época em que a maioria desconhecia o baião, o xote e o xaxado. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Gonzaga. Acesso em 09 de junho de 2016.

⁴⁵ A música que descreve o cenário realista do nordeste é de autoria de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. Na música o mesmo cenário realista do nordeste envolve um clima romântico, mas da total visão à seca no sertão. O compositor nos mostra que a dificuldade com a seca não dá outra solução a não ser forçar a população a migrar assim como as aves também migram, bem como no trecho: “Inté mesmo a asa branca/Bateu asas do sertão”, pois quando a asa branca bate suas asas ela está anunciando a seca no sertão. Fonte:

Quando oiei a terra ardendo
 Qual foguêra de São João
 Eu perguntei-ei a Deus do céu, ai
Pru que tamanha judiação?

Qui brasero, que fornaia
 Nem um pé de prantação
 Por farta d'água perdi meu gado
 Morreu de sede meu alazão

Inté mesmo a asa-branca
 Bateu asas do sertão
Entonce eu disse: adeus, Rosinha
 Guarda contigo meu coração.

Hoje longe muitas légua
 Numa triste solidão
 Espero a chuva caí de novo
 Pra mim vortá pro meu sertão (...)

Algumas partes da música sublinhadas marcam o léxico que o músico utilizou para dar vida ao modo de falar dos nordestinos. Porém, muitos que lerem ou ouvirem esta letra, certamente irão taxar tais marcas como um sinal de atraso ou de ignorância. Mas, mal sabem eles, que, na verdade, essas marcas fazem parte de um fenômeno fonético que contribuiu para a formação da língua portuguesa no Brasil (BAGNO, 2013). Para tal análise, basta observar a etimologia de algumas palavras que Bagno (2013, p. 57) cita em sua obra *Preconceito linguístico*, mais precisamente, as que ocorrem na troca do L por R:

Norma-padrão	Etimologia	Origem
Branco	blank	germânico
Brando	blandu	latim
Cravo	clauu	latim
Dobro	duplu	latim
Escravo	sclauu	latim
Fraco	flaccu	latim
Frouxo	fluxu	latim
Grude	gluten	latim
Obrigar	obligare	latim
Praga	plaga	latim

Prata	plata	provençal
Prega	plica	latim

Quadro 1- Etimologia de palavras da língua portuguesa/Fonte: BAGNO, Marcus. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 55.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Dessa forma, se Luís Gonzaga, ao escrever **prantação**, estava sofrendo de um atraso ou ignorância, cabe dizer que “o grande Luís de Camões também sofria desse mesmo mal, já que ele escreveu *ingrês, pubricar, pranta, frauta, frecha* na obra que é considerada até hoje o maior monumento literário do português clássico, o poema *Os Lusíadas* (1572).” (BAGNO, 2013, p. 57-58).

Tal fenômeno linguístico, citado acima, é chamado de **rotacismo da língua**⁴⁶ e fez parte do processo de formação da língua portuguesa. É uma variante utilizada pela camada social desprestigiada, marginalizada, excluída, que não tem acesso à educação escolar, por isso, os falantes dessa variedade sofrem o preconceito, pois utilizam uma fala considerada feia e pobre.

Outra referência da música popular brasileira é do compositor e sambista **Adoniram Barbosa**⁴⁷ que com suas músicas como **Saudosa maloca** e **Samba do Arnesto** deixa marcas caricatas de uma sociedade paulistana da década de 1960. Alguns livros escolares, citam-no como exemplo de variação linguística, entretanto, alguns estudiosos defendem que isto é um erro, tendo em vista que ele era humorista e ator, e quis com a música, satirizar a fala das camadas menos favorecidas.

⁴⁶ Este é um fenômeno linguístico muito comum, mas que as pessoas não têm conhecimento, tendendo a agir com preconceito, que aqui chamamos de preconceito linguístico, em relação aos falantes que fazem tal uso. Rotacismo é a troca do R pelo L ou vice-versa. O fonema que é alveolo-dental passa a ser palatal, também pode ocorrer pelo fato de a língua estar mais acomodada. Ao se falar pobremente ao invés de problema, o falante terá que levantar menos a ponta da língua, ocorrendo uma acomodação linguística, ou seja, é mais fácil pronunciar a primeira que a segunda palavra.

⁴⁷ Adoniran Barbosa nasceu em 06 de agosto de 1910, em Valinhos, SP. foi um colecionador nato de apelidos. Seu verdadeiro nome era João Rubinato - mas cada situação por ele vivida o transformava num novo personagem numa nova história. Em suas letras, ele nos conta a vida de um típico paulistano, filho de imigrantes italianos, a sobrevivência do paulistano comum numa metrópole que corre, range e solta fumaça por suas ventas. Através de suas músicas, canta passagens dessa vida sofrida, miserável, juntando o paradoxo bom humor / realidade.



Figura 12- Adoniram Barbosa/Fonte: <http://ocenosamba.com.br/2010/08/oce-para-alem-do-samba-adoniran-barbosa-e-a-variacao-linguistica-na-escola/>. Acesso em 08 de junho de 2016.

Na verdade, o que os livros didáticos fazem atualmente, para trabalhar o tema da variação linguística, é matar a riqueza cultural de alguns artistas, citando-os apenas como parte da sociedade que se utiliza de uma fala mais pobre, esquecendo, portanto, de enobrecer a riqueza da cultura local. Bagno (2010) em um artigo para o site **Ocê no Samba**⁴⁸ esclarece algumas questões acerca disso:

Isso explica a insistência dos materiais didáticos em apresentar como exemplos de variação linguística uma tirinha do Chico Bento, um samba de Adoniran Barbosa, um baião de Luís Gonzaga ou um poema de Patativa do Assaré. Qual o problema? Muito simples: as revistas do Chico Bento, os sambas de Adoniran, os baiões de Luís Gonzaga e os poemas de Patativa não são representações fiéis das variedades linguísticas que eles supostamente veiculam. Não são, nem têm que ser, já que em todas essas manifestações está presente uma intenção lúdica, artística, estética e, nem de longe, um trabalho científico rigoroso. A responsabilidade por esse problema não é de Maurício de Sousa, não é de Adoniran, nem de Luís, nem de Patativa — o problema está no uso inadequado que se faz dos trabalhos criativos dessas pessoas.

Assim, fica claro que até mesmo os célebres artistas sofrem, de certo modo, o lascivo preconceito linguístico. Pois, como afirmou Bagno, todos são artistas que deveriam ser citados por seus belos trabalhos criativos. No caso de Adoniram, suas músicas deixam a riqueza não somente de uma língua, mas de um grupo social daquele momento.

Samba do Arnesto⁴⁹

⁴⁸ Artigo de Marcos Bagno publicado no site Ocê no samba no dia 02 de agosto de 2010. Fonte: <http://ocenosamba.com.br/2010/08/oce-para-alem-do-samba-adoniran-barbosa-e-a-variacao-linguistica-na-escola/>. Acesso em 09 de junho de 2016.

⁴⁹ No samba, Ernesto levou fama por “dar um bolo” no compositor, a história (que segundo Sr. Ernesto nunca aconteceu) é narrada no famoso Samba do Arnesto (1953). Adoniran Barbosa tornou-se um dos maiores nomes do cancionário popular brasileiro e uma das mais importantes vozes da população ítalo-paulistana. Fonte:

Composição: Adoniran e Nicola Caporrino (Alocin)

O Arnesto nos convidou
 Prum samba ele mora no Brás
 Nós fumo e num encontremo ninguém
 Nós vortemo cum uma baita de uma reiva
 Da outra veiz, nós num vai mais
 Nós não semo tatu!
 (Repete 2x)

Acerca da letra citada, Bagno (2010) nos diz que:

Os primeiros versos do conhecido “Samba do Arnesto”, por exemplo, dizem assim: “O Arnesto nos convidou / prum samba, ele mora no Brás, / nós fumo e não encontremo ninguém...”. Ora, a terceira palavra do primeiro verso, o pronome oblíquo nos, é de uso muito restrito no português brasileiro contemporâneo falado, sobretudo nas variedades ditas “populares”, como aquela que o samba pretende retratar. Dificilmente as pessoas que usam as outras formas linguísticas que aparecem no samba — “nós fumo”, “encontremo”, “vortemo”, “nós num vai mais”, “reiva”, “ponhado” etc. — usariam o nos oblíquo. Mais provável seria “convidou nós” ou “convidou a gente”. No entanto, como o compromisso de Adoniran é com a música e a métrica dos versos, ele usou o nos, opção perfeitamente legítima para um compositor.

Do mesmo modo, ocorre na literatura infantil, com as tirinhas de **Chico Bento**⁵⁰, que são citadas nos livros didáticos como exemplo de um caipira que possui em sua fala algumas marcas de variações linguística, ou como é ensinado, a fala errada, ou seja, a fala do interior, do caipira.



Figura 13- Tirinha do Chico Bento/Fonte:

<http://toninho05.blogspot.com.br/2014/04/tirinhas-do-chico-bento.html>. Acesso em 09 de junho de 2016.

<http://textoemmovimento.blogspot.com.br/2014/07/samba-do-arnesto-atividades-variacao.html>. Acesso em 09 de junho de 2016.

⁵⁰ Personagem da Turma da Mônica criado pelo cartunista brasileiro Maurício de Souza. Chico foi criado em 1961, inspirado em um tio-avô de Maurício, caracteriza o típico caipira brasileiro.

Um dos fenômenos linguísticos na tirinha acima é a eliminação das marcas de plural. Para os falantes da variedade não padrão, isto ocorre em função de uma economia na língua, ou de uma eliminação das redundâncias, como ocorre no inglês.

Língua	Singular	Plural
Português padrão	A bela flor está linda.	A <u>s</u> bela <u>s</u> flore <u>s</u> est <u>ão</u> linda <u>s</u> .
Português não padrão	A bela flor está linda.	A <u>s</u> bela flor está linda.
Inglês	The beautiful flower is beautiful.	The beautiful flower <u>s</u> <u>are</u> beautiful.

Quadro 2- Marca de plural na língua/ Fonte: autora.

Conforme já mencionado, essas variações são, para a classe dominante, uma proibição da língua, uma subversão linguística, que deve ser evitada. Assim, para a classe letrada, aprender a gramática normativa ao pé da letra é, sem dúvida, o recomendável para ser aceito na **esfera social**⁵¹, como um bom cidadão de bem; já os chamados subversivos, vivem às margens de uma sociedade segregada.

Entretanto, há, em muitas regiões brasileiras, uma resistência por parte de alguns grupos menos favorecidos socialmente em encaixar-se nos tais padrões ditados pela elite dominante. Tais grupos, através de sua arte, disseminam sua cultura, desenham sua expressividade, e assim, lutam por dias melhores. É o caso do grupo de Rap **Arma-Zen**⁵² que através de sua música revela a realidade vivida na periferia da parte continental de Florianópolis.

⁵¹ Esfera social padrão, imposta pela classe dominante.

⁵² Fundado em 1999 por Negro Rudhy e Mc Khlaiff nas ruas do bairro considerado o berço do RAP em Santa Catarina, o Monte Cristo, o grupo é influenciado por RZO, Wu Tang Clan e Racionais Mc's. Em 2003, quatro anos depois, o grupo já formado por sete sete Mc's e um DJ, causa impacto em seus shows pela quantidade de integrantes e qualidade das músicas, lançando em 2004 seu primeiro trabalho, um CD demo com o título "AZ FORMIGAZ VENENOSAZ", além de abrir o show dos grupos Sistema Negro e Facção Central, dando mais visibilidade ao "ARMA-ZEN" no cenário HIP HOP.



Figura 14- Grupo de Rap Arma-Zen/ Fonte: <https://semanadeartepopular2013.wordpress.com/2013/03/13/arma-zen-confirmado-na-ia-sapo/>. Acesso em 09 de junho de 2016.

O grupo ganhou uma visibilidade por participar de vários projetos voltados para a comunidade. Eles participam atualmente de vários seminários e palestras sobre a cultura negra na Universidade Federal de Santa Catarina.

Arma-Zen

Beco

(beco) ... essa minha vida que é... beco!

Meus sonhos de criança se tornou realidade

Deus me deu o beco e a comunidade

Cagueta nem pensar aqui o tempo é rei

Aqui não tem justiça mas existe lei, o beco é foda

Madrugada estrelada nego usando droga

Altas hora começam os tiros

Se você não tá na baia seus pais ficam aflitos

Porque é tudo uma questão de sobrevivência

Aqui cada um faz o seu, cada um tem sua crença

Acreditar na polícia? tá loco eles invadem o beco[...]⁵³

⁵³ Retirado de <https://www.vagalume.com.br/arma-zen/beco.html>. Acesso em 09 de junho de 2016.

Uma variante presente no trecho é o vocábulo **loco**, que assim como em tantos outros lugares e regiões do Brasil é muito comum. Esse é o fenômeno da redução do ditongo, que ocorre por conta de um encontro vocálico, que por assim dizer, não existe, pois as vogais não são pronunciadas.

Os livros didáticos e as gramáticas insistem em dizer, até hoje, que as palavras *pouco*, *roupa*, *louro* existem “ditongos”, isto é um “encontro vocálico” em que as duas vogais são pronunciadas. Mas isso não acontece mais no português do Brasil, nem no de Portugal. Há muito tempo que o que se escreve OU é pronunciado O. Isso está documentado em pesquisas, em gravações da língua falada, e basta você ligar o rádio ou a televisão para ouvir *poco*, *ropa*, *loro*... Este é um fenômeno que ocorre tanto no português padrão do Brasil quanto no não padrão. (BAGNO, 1999, p. 78)

Portanto, quem diz que quem pronuncia de tal forma possui menos prestígio, sem dúvida, precisa rever seus conceitos! Como visto, tudo aquilo que é tido como **errado** ou **proibido** em uma língua é na verdade “resultado da ação de tendências muito antigas na língua, que são refreadas, reprimidas pela educação formal, pelas regras da linguagem literária, oficial, escrita, mas que encontram livre curso na boca do povo” (BAGNO, 1999, p. 109).

Assim, essa relação entre indivíduos de mais prestígio e de menos prestígio social nos remete à concepção de opressor e oprimido do memorável Paulo Freire. Em suas obras, o autor pontua que, em uma sociedade desigual, em que os preconceitos emergem com toda força, há uma abordagem axiológica, em que os opressores vão selecionar, julgar e dar valor ao que for de interesse e oportuno a ele.

Com essa premissa, pode-se pensar sobre a língua, a escolha da norma padrão como única, de uma gramática fechada, para que uma sociedade que tenta uma forma homogênea transforme-se em uma sociedade que valorize as demais formas, tornando-se heterogênea. Cabe uma reflexão sobre as variedades linguísticas, para que o ensino de língua portuguesa faça sentido e seja contextualizado e significativo aos alunos.

Sobre as práticas educacionais, Freire (1987, p. 37) diz que:

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. Por isto mesmo é que uma das

características desta educação dissertadora é a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora. Quatro vezes quatro, dezesseis; Pará, capital Belém, que o educando fixa, memoriza, repete, sem perceber o que realmente significa quatro vezes quatro. O que verdadeiramente significa capital, na afirmação, Pará, capital Belém. Belém para o Pará e Pará para o Brasil.

Portanto, ensinar a língua portuguesa ancorada em uma gramática prescritiva que apenas estabelece um ordenamento, classificando o certo e o errado, ao invés de uma gramática descritiva, que observa os fenômenos e explica-os, ficou decerto, obsoleto.

Há esperança que tais variações, um dia, tornar-se-ão uma mudança na língua! Assim como voismice, vossa mercê que se tornou o tão conhecido você, que era um pronome de tratamento, e já é usado como pronome pessoal na linguagem coloquial e na formal nos dias atuais. Esse processo de simplificação poderia ocasionar outras mudanças.

Assim, os educadores e envolvidos na educação necessitam repensar suas práticas a fim de inserir em seus currículos os vários falares brasileiros. Freire (1987, p. 23) já dizia que “o papel do educador ou da educadora progressista, que não pode nem deve se omitir, ao propor sua ‘leitura do mundo’, é salientar que há outras ‘leituras de mundo’, diferentes da sua e às vezes antagônicas a ela.”

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desfecho deste Trabalho de Conclusão de Curso, espera-se que tenha sido possível responder às perguntas feitas no início dessa monografia: *que relação tem o latim vulgar com o português coloquial de hoje? Por que havia tantas proibições no latim, assim como tem, atualmente no PB? A língua escrita e a falada são iguais? E o indivíduo falante pode/deve sofrer preconceito com tamanha distinção em sua fala?*

A pesquisa objetivou apoiar-se em uma abordagem histórica, analisando a língua de forma epistemológica, comparando-a paralelamente com o Latim, a fim de perceber que tal língua também apresentava uma elitização e uma certa **proibição** por parte da classe social de mais prestígio. Através das análises pancrônicas, foi possível perceber que há muito tempo o homem utiliza a língua como uma poderosa ferramenta de poder e conquista.

Entretanto, a análise também preocupou-se em evidenciar a importância dos educadores e de suas práticas de ensino em relação ao binômio **língua padrão e língua vulgar**. Para tanto, procurou-se enfatizar que a língua, ao longo do tempo, sofre variações que podem (ou não) resultar em possíveis mudanças. Sobre tal análise, Labov (apud CAMACHO, 2006, p. 72) aponta que

a variedade linguística que empregam os membros de uma comunidade é fator de identificação social. Se é estigmatizada pela escola, em contraponto à variedade padrão, instaura-se um conflito entre os valores simbólicos, que a instituição pretende inculcar, e os que o aluno tem para compartilhar com os demais membros de sua própria comunidade e que identificam com seus pares.

Dessa forma, o ensino de língua portuguesa deve visar contemplar todas as formas de escrever e falar, levando o aluno a reconhecer as variedades linguísticas, podendo portanto, escolher a mais adequada de acordo com o contexto em que ele irá usar. Assim, o indivíduo constitui-se sujeito produtor de sua cultura através de suas manifestações, sendo a língua um desses meios de comunicação e expressão.

Vale lembrar que o objetivo deste trabalho é pensar (e repensar) a concepção de língua heterogênea que traz em si uma variabilidade inerente, através de uma abordagem histórica e sócio cultural, vinculada à ideia de respeito e harmonia entre o **eu** e o **outro**, conforme afirma Faraco (2003, 22):

O eu e o outro são, cada um, um universo de valores. O mesmo mundo, quando correlacionado comigo ou com o outro, recebe valores diferentes, é determinado por diferentes quadros axiológicos. E essas diferenças são arquitetonicamente ativas, no sentido de que elas são constitutivas dos nossos atos (inclusive de nossos enunciados): é na contraposição de valores que os atos concretos se realizam; é no plano dessa contraposição axiológica (é no plano da alteridade, portanto) que cada um orienta seus atos.

Não há dúvida de que este é um tema a ser estudado a fundo por todos os profissionais envolvidos, principalmente pelos estudiosos da língua. Por fim, acredita-se que tais estudos irão explicar cada vez mais os fenômenos variáveis existentes em uma língua, possibilitando, portanto, que os indivíduos se encaminhem para uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

Appendix Probi. Disponível em:

<http://www.orbilat.com/Languages/Latin_Vulgar/Vocabulary/Appendix_Probi.html>.

Acesso em 13 de maio de 2016.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela da sociolinguística. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Não é errado falar assim**: em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 55.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979].

_____. (Volochninov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F. Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009 [1929].

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 [1929].

_____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini et al. 7ª ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2014 [1975].

BARBOSA, Adoniran. **Samba do Arnesto**. In: <http://textoemmovimento.blogspot.com.br/2014/07/samba-do-arnesto-atividades-variacao.html>. Acesso em 09 de junho de 2016.

BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História da língua**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

BENTO, Chico. **Tirinha do Chico Bento**. In: <http://toninho05.blogspot.com.br/2014/04/tirinhas-do-chico.html>. Acesso em 09 de junho de 2016.

BENVENISTE, Émile. Categorias de pensamento e categorias de língua. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2005 p. 68-80.

_____. Semiologia da língua. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2006. p. 43-67.

_____. Catégories de pensée e catégories de langue. In: _____. **Problèmes de linguistique générale**. Paris : Gallimard, 1966.

CALVET, L. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística, In: BAPTISTA, Maria Alice Silva. **Norma culta e ensino**: uma dimensão linguística possível. Florianópolis: CETD/UFSC/PPLG, 2013.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao latim**. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, Castelar de. **História interna da língua portuguesa**. Academia Brasileira de Filologia, Volume 2, número 2, 2005. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/volume2/numero2/05.htm>. Acesso em 16 de janeiro de 2011.

COELHO, Izete Lehmkuhl [et al]. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

DUARTE, Marcelo. **Guia dos curiosos**: língua portuguesa. São Paulo: Editora Panda Books, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZAGA, Luiz. **Asa Branca**. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Gonzaga. Acesso em 09 de junho de 2016.

HILGERT, Mariana Cristine. **O império do latim**. Revista Língua, Florianópolis, junho de 2009. Disponível em <http://revistalingua.com.br/>. Acesso em 09 de junho de 2016.

ILARI, Rodolfo. **Linguística romântica**. São Paulo: Ática, 2000.

LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Trad. De M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**: por uma nova concepção da língua materna. 8.ed. São Paulo: Ática, 2008.

NETO, Serafim da Silva. **Fontes do latim vulgar**. Rio de Janeiro: FNF, 1946.

_____. **História do latim vulgar**. Rio de Janeiro, Ao livro técnico S/A, 1977.

OLIVEIRA, Daniele Felizola. **Aspectos morfossintáticos das preposições à luz do funcionalismo**. Disponível em http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/2/lingua/Daniele_Felizola_de_Oliveira.pdf. Acesso em 10 de maio de 2016.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso geral de linguística**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SNICHELOTTO, Cláudia Andrea Rost. Olha e vê : caminhos que se entrecruzam. 408 p. Tese(Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2009.

WALTER, Henriette. **A aventura das línguas no Ocidente**. São Paulo: Mandarim, 1994.

ZEN, Arma. **Beco**. In: <https://www.vagalume.com.br/arma-zen/beco.html>. Acesso em 09 de junho de 2016.